



CCO DIGO FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



DAS RAÍZES AO LEGADO

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Roberta del Giudice

COMITÊ EXECUTIVO

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira; Fundação SOS Mata Atlântica Iniciativa Verde; Instituto Centro de Vida - ICV; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM; Instituto Socioambiental - ISA; Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da UFMG - LAGESA; The Nature Conservancy - TNC; WWF - Brasil.

TODOS OS MEMBROS

observatorioflorestal.org.br/quem-somos

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação: Simone Milach - OCF; Textos: Cleidi Pereira; Projeto visual: Thiago Oliveira Basso.

COMO CITAR

Observatório do Código Florestal, 2023. Código Florestal +10: Das raízes ao legado. Disponível em: www.observatorioflorestal.org.br

Realização



**OBSERVATÓRIO
DO CÓDIGO
FLORESTAL**

Apoio financeiro



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative

OS TEXTOS DESTA PUBLICAÇÃO
FORAM PRODUZIDOS A PARTIR DAS
APRESENTAÇÕES DE CERCA DE 80
ESPECIALISTAS, PARTICIPANTES
DAS MESAS DE DEBATE E OFICINAS
DO EVENTO “CÓDIGO FLORESTAL
+10”. O EVENTO FOI REALIZADO
PELO OCF EM MAIO DE 2022 COM O
INTUITO DE MARCAR OS DEZ ANOS DA
EDIÇÃO DA NOVA LEI DE PROTEÇÃO
DA VEGETAÇÃO NATIVA DO BRASIL.
NOSSOS SINCEROS AGRADECIMENTOS
A TODAS AS CONTRIBUIÇÕES.

CLIQUE AQUI  PARA ACESSAR
AS MESAS NA ÍNTEGRA.

 **creative commons** Novembro de 2023. CC BY-NC 4.0.

Esta licença permite a distribuição, remixagem,
adaptação e criação para fins não comerciais,
atribuindo devido crédito pela criação original.
Mais informações sobre o texto da Licença: [https://
creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)



ÍNDICE

5	<i>Apresentação</i>
6	<i>A terra-floresta sob ataque</i>
8	<i>(Des) Cobrindo o Código Florestal</i>
15	<i>Código Florestal, Territórios coletivos e comunidades tradicionais</i>
22	<i>Ocupação, resistência e permanência dos povos e comunidades tradicionais</i>
28	<i>Os Tribunais de Contas e o Código Florestal</i>
34	<i>Lançamento de instrumentos que promovem a implementação do Código Florestal</i>
40	<i>Controvérsias jurídicas no Código Florestal</i>
47	<i>Avanços na implementação do Código Florestal</i>
54	<i>Instrumentos de incentivo e monitoramento da legalidade do setor produtivo</i>
61	<i>Compromissos para adequação ambiental no setor empresarial e financeiro</i>
67	<i>Florestas: clima, água, biodiversidade e oportunidade de negócio</i>
73	<i>Código Florestal e legalidade da atividade agrícola</i>
79	<i>Mudança do clima, desmatamento e restauração das florestas</i>
86	<i>O Código Florestal como solução para crise do clima e da biodiversidade</i>
92	<i>Código Florestal em Campo</i>
99	<i>Informações, democracia e produção agropecuária</i>
105	<i>Lançamento da Plataforma do Código Florestal na Mata Atlântica</i>
111	<i>Aplicação da lei de proteção da vegetação nativa no Bioma Pampa</i>
118	<i>Um sopro de esperança</i>



APRESENTAÇÃO

A legislação florestal brasileira está enraizada no desenvolvimento do Brasil. Sua origem remonta à chegada dos primeiros portugueses e sua evolução é fruto de políticas nacionais para proteger o maior diferencial do país frente a outros fornecedores de commodities agrícolas: a biodiversidade e a disponibilidade hídrica. O Código Florestal, na sua abrangência, tem quase 80 anos de vigência e a sua última edição completou uma década, em 25 de maio de 2022.

O “Código Florestal +10: das raízes ao legado” nasceu do evento que marcou os dez anos da edição da nova lei de proteção da vegetação nativa do Brasil (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) por meio da construção de uma agenda positiva para o efetivo cumprimento da legislação. Após o Brasil atingir números recordes de desmatamento em 2021, ficou evidente a necessidade e a urgência de envolver diversos segmentos da sociedade nessa força-tarefa.

A iniciativa foi uma realização do Observatório do Código Florestal (OCF), rede de 43 organizações da sociedade civil que atuam com o propósito de articular pessoas na implementação do Código Florestal para gerar impacto socioambiental positivo.

Além disso, diversos parceiros cruciais na implementação da Lei estiveram ativamente envolvidos na ação.

O Código Florestal +10 foi realizado no formato híbrido, com eventos online e presenciais. As mesas foram apresentadas por diferentes organizações, consideradas referências nos temas abordados. O evento também fez parte da plataforma Rio2030, que tem como objetivo elaborar e implementar soluções referentes aos desafios da Agenda 2030.

Esta publicação transforma dados e informações técnicas, expostas por cerca de 80 especialistas em 17 painéis, em uma escrita criativa. Não é preciso ser autoridade no assunto ou técnico para compreender. Busca, assim, contribuir com a democratização do conhecimento sobre a proteção da vegetação nativa do país e fazer com que o leitor reflita e se aproprie desse rico patrimônio brasileiro.

Boa leitura!

Informações sobre o evento estão disponíveis em:
<https://www.even3.com.br/codigoflorestal10/>

As mesas de debate podem ser assistidas na íntegra em: https://bit.ly/Youtube_CF10



INTRODUÇÃO

A TERRA-FLORESTA SOB ATAQUE

De costas, no colo de um dos seus pais: cabelo ralo, costelas e vértebras salientes na pele murcha. São crianças que deveriam estar correndo e brincando, mas mal conseguem ficar em pé, pois sucumbiram a doenças evitáveis, como diarreia, malária, desnutrição e verminoses. As imagens dos pequenos corpos fragilizados - dos que ainda resistem, já que centenas deles, com menos de cinco anos, morreram nos últimos anos - correram o mundo no início de 2023, denunciando a tragédia dos Yanomamis, que é, também, a tragédia de Urihi, a terra-floresta, na língua indígena.

Em 2022, o Brasil registrou o maior desmatamento da Amazônia em 15 anos. Foram devastados 10.573 km², o equivalente à derrubada de quase três mil campos de futebol por dia de floresta, conforme dados do monitoramento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). No acumulado de quatro anos (2019-2022), é como se os estados de Alagoas e Sergipe simplesmente tivessem sumido do mapa brasileiro. No rastro de destruição, as pegadas do garimpo ilegal, madeireiros, das atividades agropecuárias, do descaso governamental.

“A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. Então, os riachos sumirão, a terra ficará fria, as árvores secarão, e as pedras das montanhas racharão com o calor. Os espíritos xapiripê, que moram nas serras e ficam brincando na floresta, acabarão fugindo. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los para nos proteger. A terra-floresta se tornará seca e vazia. Os xamãs não poderão mais deter as fumaças-epidemias e os seres maléficos que nos adoecem. Assim, todos morrerão.”

Davi Kopenawa Yanomami.

Num momento em que a devastação da Amazônia está próxima de se tornar irreversível, conforme os cientistas têm alertado, a preservação e a recuperação da vegetação nativa são ações necessárias, de máxima urgência e que reforçam a importância da efetiva implementação da Lei 12.651/2012, mais conhecida como o Novo Código Florestal. A batalha para salvar a terra-floresta dos Yanomamis, representada pela Amazônia (mas também o Pampa, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Mata Atlântica), é uma tarefa para muitas mãos, mentes e corações. E o Código Florestal é, atualmente, a principal arma - ainda que imperfeita - que a sociedade brasileira (e o mundo) tem à disposição.

Cecília
Diga
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



(DES) COBRINDO O CÓDIGO FLORESTAL

Falta de água, deslizamento de terra, alta nos preços dos alimentos. Basta ligar a TV, abrir um jornal ou acessar as redes sociais para se deparar com notícias que tratem dessas questões – que, de certa forma, estão relacionadas com a implementação (ou não) do Código Florestal. Fazer esta relação de causa e efeito, sensibilizando a população para a importância da legislação ambiental, é um dos principais desafios para os comunicadores que cobrem a temática ambiental. Esta foi a conclusão dos participantes da oficina (Des) Cobrindo o Código Florestal, que deu largada no evento que marcou a primeira década da nova lei de proteção da vegetação nativa do Brasil.

Mediado pelo jornalista Reinaldo Canto, diretor de projetos especiais da Agência Envolverde, o debate contou com a presença de Beto Mesquita, diretor de Políticas e Relações Institucionais da BVRio, Marco Lentini, coordenador sênior de projetos da Imaflora, Amélia Gonzalez, jornalista do blog Ser Sustentável, e Flávia Ribeiro, gerente de comunicação da BVRio. Na abertura do painel, Canto afirmou que os trágicos números do desmatamento são um prenúncio dos grandes desafios pela frente. “Neste quadro da nossa história, vai ser preciso mais do que celebrar o aniversário do Código, mas ampliar o engajamento de toda a sociedade brasileira nessa discussão que interessa a todos nós”, disse.



Um olhar para o passado

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Novo Código Florestal foi possivelmente a proposta que mais movimentou o Congresso Nacional, lembrou Beto Mesquita, engenheiro florestal e diretor de Políticas e Relações Institucionais da BVRio. Foram inúmeras audiências, emendas e 12 anos de discussões até a aprovação da lei – um processo bem diferente do que ocorreu nas versões anteriores da legislação, que nasceu em 1934, no governo Getúlio Vargas.

Diante da expansão da cafeicultura e, consequentemente, do desmatamento da mata Atlântica, o Código surgia com um viés de proteção, mas também como forma de garantir o suprimento de matéria-prima, pois entendia florestas como reservas florestais. Já a segunda versão da legislação foi construída, em 1965, por um conjunto de especialistas, a pedido do Ministério da Agricultura, e não fruto de um longo debate legislativo. Foi quando foram criadas as figuras da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente.

Mesquita ressaltou a importância de se fazer esse resgate histórico, além de desmistificar a ideia de que o Código

é “uma jabuticaba”. Ou seja, algo que só existe no Brasil, o que acaba sendo interpretado como “entrave”. “É importante ter claro esse mito quando a gente olha para o Código como oportunidade de garantir o capital natural do qual depende um dos principais segmentos econômicos do país, que é o agronegócio. Sem as florestas, os ecossistemas naturais, que são a base de sustentação do agronegócio, não teríamos a pujança do agronegócio, mesmo com todo o avanço tecnológico”, disse.

Além disso, traduzir a “sopa de letrinhas” da legislação e lançar luzes sobre o seu impacto no dia a dia foram apontados pelo engenheiro florestal como outra importante missão para os jornalistas. Isso porque, com a maior parte da população vivendo em áreas urbanas, o Código Florestal pode parecer um assunto distante, embora não seja. “O Código não apenas garante o capital natural do qual o agronegócio depende, mas também garante condições de segurança hídrica, de estabilidade das encostas, de proteção das bacias hidrográficas para garantir o nosso abastecimento e a proteção das nossas próprias vidas.”



Vigilância através de dados

No jornalismo, há uma expressão para a importância da função social da profissão: watchdog. Sim, jornalistas são como cães de guarda da sociedade. E o chamado jornalismo de vigilância é fundamental para que as leis saiam do papel. Para Marco Lentini, engenheiro florestal e coordenador sênior de projetos da Imaflora, cabe à imprensa compreender e se envolver no cumprimento do Código Florestal. Ele apresentou dados e informações disponíveis para monitoramento da legislação. “Não se trata apenas do cumprimento de uma lei. Estamos falando de questões ambientais caras e importantes não só para a sociedade, mas para o nosso estilo de vida”, destacou.

Lentini iniciou sua intervenção fazendo uma breve revisão do arcabouço legal. Há uma série de leis que preveem a abertura de dados e transparência por parte dos órgãos públicos, do artigo 5º da Constituição à Lei de Acesso à Informação, apesar de a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de 2018, restringir o acesso a

dados pessoais. Nos últimos 10 anos, segundo ele, houve um avanço grande em termos de geração de informação. Atualmente, existem plataformas de análise e visualização do cumprimento do Código. Ou seja, é possível acompanhar os níveis de desmatamento, degradação e mudanças do uso da terra, estados das áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas propriedades, implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outros.

Contudo, apesar dos avanços, ainda existem muitas falhas. “Um nível adequado de transparência em alguns dos temas ambientais chave ainda é incompleta.” O catálogo de fontes de dados apresentado por Lentini contempla desde órgãos oficiais (como Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) a plataformas da sociedade civil (como o projeto MapBiomass).



Conexões para gerar cidadania

Fazer a costura, ligar os pontos e atrair a atenção do público com boas histórias. Esse é o papel principal do comunicador do tema da sustentabilidade, conforme a jornalista Amélia Gonzalez, editora do blog Ser Sustentável e co-autora do livro “Cuidar de Si”. Repórter e editora no O Globo por 30 anos, onde foi responsável pelo caderno Razão Social, ela compartilhou fatos sobre sua carreira. Para Amélia, embora o termo sustentabilidade tenha se popularizado nas últimas décadas, o tema ainda não se tornou tão urgente para o dia a dia dos cidadãos. “Pouca coisa mudou no que se julga necessário para se evitar os eventos extremos, como secas e tormentas. Em 2021, o relatório da Organização Meteorológica Mundial, do escritório da ONU para Redução do Risco de Desastres, mostrou que os eventos extremos foram responsáveis por 45% de todas as mortes nos últimos 50 anos”, constatou.

De acordo com Amélia, os líderes dos países estão fazendo uma coisa e dizendo outra, mas uma coisa é certa: estamos a caminho de um aquecimento global maior do que 1,5 graus acordados no Acordo de Paris. Nesse cenário, o papel dos comunicadores torna-se ainda mais relevante: “Nós queremos informar as pessoas e ajudar a criar massa crítica, levando em conta que o tema precisa de mais cidadãos e não consumidores. Para isso, precisamos ter informação de qualidade circulando”, acrescentou.

Fazer links, mostrando que o impacto das alterações climáticas é uma questão de presente e não de futuro é um dos caminhos a ser seguido. A jornalista aconselha os colegas de profissão a relacionar os efeitos adversos ao dia a dia, à saúde humana, pois, no fim das contas, é disso que se trata. “O problema não é como salvar o planeta, porque o planeta vai continuar, mas como salvar a humanidade”, disse, lembrando que estudos demonstram que a poluição mata 7 milhões de pessoas por ano.



O poder das boas histórias

Se a sensibilização do público para a temática ambiental passa por contar boas histórias, encontrar bons personagens é um desafio em tempos de trabalho híbrido, em que o jornalista passa um bom tempo na redação. Para Flávia Ribeiro, gerente de comunicação da BVRio, a ida ao campo é fundamental para descobrir boas histórias. “Às vezes, a gente tem o assessor de imprensa que visitou uma região, que tem vídeo ou release para mostrar o que ele viu a campo, mas nada melhor do que o jornalista ir diretamente ouvir esses testemunhos, e essas histórias que fazem a diferença”, disse.

O mesmo conselho vale para quem está do outro lado do balcão, segundo ela. “Para se vender uma boa pauta, a gente tem que ir a campo e entender exatamente a realidade daquela população,

daquela comunidade, daquele projeto”, frisou. Flávia endossou o entendimento dos seus colegas, de que os profissionais de mídia precisam fazer o link entre os impactos das mudanças climáticas com o dia a dia da população. “O tema do meio ambiente é transversal. Sinto, hoje, que para emplacar boa pauta o jornalista deve fazer essa conexão dos impactos no dia a dia, reais, que estão afetando o bolso das pessoas.”

O apelo dos bons personagens, matérias mais propositivas e um olhar atento para as redes sociais – um campo de batalha para disputa de narrativas, em tempos de negacionismo – foram outros aspectos destacados por Flávia. “É preciso entender que sem boas histórias a gente não tem boa pauta”, concluiu.



Em todas as frentes

Se a missão é fazer a informação de qualidade chegar à população, vale quase tudo. Ao fim do debate, Beto Mesquita lembrou que “estamos em um momento de tiktokzação”. “As redes sociais se tornaram fontes de informação, o que pode ter um aspecto positivo, mas, também, pode se transformar num aspecto extremamente negativo”, disse. Os demais participantes concordaram que é preciso estar em todas as frentes para combater as

fake news disseminadas pelos negacionistas do clima. A jornalista Amélia Gonzalez ponderou que a qualidade do conteúdo deve ser a bússola, e não a quantidade de likes. “O tema de como gerar informação, de como pautar a sociedade, sem dúvida, é uma missão que vale a pena ser feita com qualidade”, acrescentou Marco Lentini, do Imaflora.

Painelistas

Reinaldo Canto – Jornalista / Envolverde (Moderador)

Beto Mesquita – Diretor de Florestas e Políticas Públicas / BVRio

Marco Lentini – Coordenador Sênior de Projetos / Imaflora

Amélia Gonzalez – Jornalista / Blog Ser Sustentável

Flávia Ribeiro – Gerente de Comunicação / BVRio



Acesse o debate na íntegra:
https://www.youtube.com/watch?v=XQ9_6OrGX0A



CC DIGO FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



CÓDIGO FLORESTAL, TERRITÓRIOS COLETIVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O direito à terra é a principal luta dos povos tradicionais. Quilombolas, indígenas, pescadores artesanais têm intensificado as batalhas, nos últimos anos, para impedir retrocessos e garantir a própria sobrevivência em territórios constantemente ameaçados e em disputa. Não bastassem tais conflitos agrários e os impactos da crise climática, o racismo estrutural age como uma sombra sobre estes povos, conforme Chagas Sousa, assessor da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), que mediu a mesa de debate “Código Florestal, Territórios coletivos e comunidades tradicionais”

Ele destacou a importância da discussão sobre a implementação do Código Florestal para que tais populações não sejam excluídas. Atualmente, estima-se que haja 6.300 comunidades quilombolas no país, o que representaria de 10 a 15 milhões de pessoas, mas há problemas no processo de cadastramento

destas populações, lembra Sousa. “Junto com o processo de desmatamento no Brasil, fica evidente que a violação dos direitos dos povos tradicionais, dos povos quilombolas, que protegem e dependem da biodiversidade, vem a ameaça à segurança dessas populações”, frisou.

Participaram da mesa Rodolpho Bastos, secretário adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Raimundo Magno do Nascimento, consultor de projetos da Coordenação Estadual Quilombola do Pará – Malungu, Luciene Figueiredo, secretária-adjunta de Povos e Comunidades Tradicionais (SAPCT) na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do governo do Maranhão, e Jarlene Gomes, pesquisadora no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)



O exemplo do Pará

Criado em 2020, o programa Regulariza Pará tem dado celeridade à análise dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR). Em fevereiro de 2022, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) registrou o recorde de 6.603 processos analisados, contabilizando um total de aproximadamente 90 mil. Os números foram apresentados por Rodolpho Bastos, secretário-adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Semas. Ele lembrou que, até 2018, a secretaria realizava em média 125 análises por mês, devido a demandas por licenciamento.

Falando sobre a experiência da implementação do CAR em territórios coletivos, Bastos destacou que o programa – que teve início em projetos de assentamentos agroextrativistas – caracteriza-se por uma análise ativa, mas que a demanda deve partir das comunidades. Nestes locais, já foram entregues 11 CARs, beneficiando 1770 famílias que vivem em uma área de 396 mil hectares. Ainda conforme o

secretário, a municipalização da análise do CAR, além da análise e validação em modelo simplificado para imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, têm contribuído para a eficácia do Regulariza Pará.

Como o CAR é autodeclaratório e exigência para políticas de crédito, as sobreposições, contudo, seguem como desafio. Mas se antes os cancelamentos dos CAR eram feitos sempre que havia sobreposição, agora ocorrem quando esta passa de 50%. “Não é a Semas que elabora o CAR, é a própria comunidade a partir de um processo participativo que culmina na capacitação de quilombolas, que são escolhidos pela comunidade. (...) Nosso processo é participativo, integrador, busca ir a campo mais de uma vez. É um processo que passa por reunião de lideranças, assembleias, capacitações, e isso demanda um tempo.”



“Vamos continuar lutando”

Apesar de ser o estado que mais reconhece comunidades quilombolas, o Pará ainda tem um longo caminho a percorrer para garantir os direitos desta população. A constatação é de Raimundo Magno do Nascimento, consultor de projetos da Coordenação Estadual Quilombola do Pará – Malungu. Um dos principais entraves é a duplicidade de registro, um fenômeno que, no entanto, ocorre em todo o país: calcula-se que 379 áreas quilombolas apresentem sobreposição com 9.439 registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que corresponde a 62,2% do território quilombola. “Não me lembro de ver cadastro que não tenha sobreposição de terceiros”, afirmou.

A luta das comunidades quilombolas é intensa, conforme Magno. “A gente percebe que, para as comunidades, o número de cadastros efetivados é mínimo. O Pará conta, segundo o IBGE, de 2019 para 2020, com 528 comunidades censitárias com presença de quilombolas.

O número de CAR elaborado – e com problemas – é mínimo”, disse. Segundo ele, a falta de informações e a corrida para não perder o prazo de inscrição no CAR e, consequentemente, o acesso ao crédito agrícola geraram uma “série de transtornos”.

Por isso, no seu entendimento, a implementação do Novo Código Florestal é um “desafio imenso”, especialmente quando se trata de políticas para as comunidades quilombolas. “Mesmo reconhecendo os esforços deste ou daquele governo, deste ou daquele órgão, ainda temos que avançar. Infelizmente, não temos muito o que comemorar nestes 10 anos”, lamentou. Os empecilhos, porém, não minam a resiliência: “É preciso dizer que o que foi feito no estado foi graças à luta incansável do movimento quilombola. Vamos continuar lutando.”



No Maranhão, avanços e muito trabalho por fazer

Do Norte ao Nordeste, sopram ventos favoráveis à implementação do Novo Código Florestal Brasileiro, apesar dos atrasos e das turbulências. Luciene Figueiredo, secretária-adjunta de Povos e Comunidades Tradicionais (SAPCT) na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, trouxe para o debate a experiência do governo do Maranhão. Em quatro anos, as inscrições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de povos e comunidades tradicionais aumentaram em mais de seis vezes, passando de 88 em 2018 para 541 em 2022. Deste total, 455 cadastros são de territórios quilombolas.

No Maranhão, as estimativas apontam a existência de entre 800 e mil comunidades quilombolas: “Ainda está aquém da realidade. Portanto, ainda há muito trabalho por fazer”, admite Luciene, constatando ainda que “as famílias tradicionais estão vivendo em áreas cada vez menores do que tempos atrás, quando não havia pressão pela terra”.

Conforme a secretária-adjunta, com exceção dos indígenas, cerca de 90% das áreas dos povos e comunidades tradicionais não estão regularizadas.

Ela explicou que, por designação do governo do Estado, quem faz o CAR da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais é a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. A pasta coordena o projeto Mais Sustentabilidade no Campo, apoiado pelo BNDES, cuja meta é o cadastramento de todos os imóveis rurais com até quatro módulos fiscais localizados nos 217 municípios do Maranhão. Com o passar do tempo e as lições do trabalho de campo, decidiram avançar para a análise e validação, o que foi possível graças a uma instrução normativa, fruto de oito meses de trabalho e discussões.



Populações ainda mais vulneráveis

Os assentamentos da reforma agrária representam mais de 16,5 mil inscrições no CAR, o que corresponde a 54,9 milhões de hectares. Já os territórios de povos e comunidades tradicionais respondem por cerca de 3,2 mil cadastros, equivalentes a 39,4 milhões de hectares. Segundo a geógrafa Jarlene Gomes, pesquisadora no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), é de extrema importância que se avance na implementação do Código Florestal nestas áreas, pois se trata de territórios ameaçados e vulneráveis, que acabam por ser muito mais impactados pela crise climática. “Eles já estão sofrendo perda de biodiversidade, risco de incêndios florestais, perda de recursos hídricos, perdas econômicas e conflitos socioambientais”, disse.

Por outro lado, tirar a legislação ambiental do papel traz uma série de oportunidades. Alcance das metas climáticas, manutenção do clima regional e local, incentivos econômicos e acesso às políticas públicas, nova economia e reconhecimento dos direitos coletivos foram exemplos citados por Jarlene. Outro dado que a pesquisadora trouxe diz respeito ao desmatamento nos

assentamentos, que contribuem (especialmente os convencionais) com uma média de 20% para o desmatamento na Amazônia Legal. “Há desafios, mas também oportunidades porque esses territórios também conservam a floresta, a biodiversidade, retém carbono”, disse.

Antes, há que superar uma série de empecilhos, os quais passam por vazios de inscrição em relação a área cadastrável, cadastro simplificado da CAR, carência de recursos humanos nos órgãos estaduais, ausência de bases cartográficas de referência, tratamento de sobreposições e normativas para o processo de análise e validação. Além disso, conforme a pesquisadora, é preciso que haja regulamentações estaduais, incentivos econômicos e engajamento da sociedade, além de Programas de Regularização Ambiental específicos para os povos e comunidades tradicionais, considerando os seus modos de vida e viabilizando o exercício pleno de seus direitos.



Um longo caminho a percorrer

Exemplos de vontade política, de boas práticas existem. No entanto, diante de tantas dificuldades, ainda há um longo caminho a percorrer. Não é um trabalho para ser concluído em pouco tempo, de forma individual. E ouvir e considerar as demandas dos povos e comunidades tradicionais é fundamental. Jarlene Gomes, pesquisadora no IPAM, destacou a necessidade de que tais populações sejam assistidas de forma mais efetiva. “É interessante a gente olhar o que está dando certo, quais são esses desafios e como a gente

vai avançar, uma vez que em 10 anos não temos muito avanços. Porém, já temos algumas iniciativas que precisam de escala”, disse. Já Carlos Chagas reiterou: “As populações quilombolas e tradicionais que estão nos seus territórios são detentoras de direitos. Se a implementação do Código não se debruçar sobre o que diz o STF, a Constituição, vai nos restar a barbárie do racismo, a barbárie de deixar essas populações sem a devida inclusão.”

Painelistas

Chagas Sousa – Assessor / CONAQ (Moderador)

Rodolpho Bastos - Secretário Adjunto de Gestão de Sustentabilidade / Semas-PA

Magno Nascimento – Consultor de Projetos / Malungo

Luciane Figueiredo - Secretária Adjunta de PCTs / SEDIHPOP

Jarlene Gomes – Pesquisadora / IPAM



Link para o debate na íntegra: <https://www.youtube.com/live/EOYgZk4tMJs?si=IGcYUq2oKni6sBda>

**Có
DIGO**
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



OCUPAÇÃO, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS FLORESTAS

Eles sempre viveram em harmonia com a natureza, conhecem os segredos da floresta, de onde tiram o seu sustento. Mas há algumas décadas, na esteira do avanço do desmatamento, sua permanência nestes locais vem sendo ameaçada. E sem os seus “guardiões” as matas nativas ficam ainda mais vulneráveis, bem como os “desgarrados”. Políticas públicas, engajamento da juventude, titulação dos territórios são elementos fundamentais para garantir a resistência e existência destas populações, conforme os participantes da mesa “Ocupação, resistência e permanência dos povos e comunidades tradicionais nas florestas”.

Mediado pela bióloga Andréia Pinto, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o debate abordou o desafio do enraizamento. “O objetivo é justamente mostrar a diversidade dos territórios coletivos e das comunidades tradicionais rurais brasileiras, além de debater os desafios, dar visibilidade à temática e evidenciar o papel desses territórios e comunidades na implementação do Código Florestal como instrumento de conservação, de enfrentamento da crise ambiental”, afirmou. Também participaram do evento Raimunda Monteiro, professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Maria Teresa Vieira, quilombola e coletora de sementes, Fernando Prioste, do Instituto Socioambiental (ISA), e José Tosato, da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia.



Valorizar o extrativismo para evitar o “desterro”

Aromas, resinas, bebidas, oleaginosas, fibras, látex, peles de peixes. A valorização das diversas riquezas extraídas da floresta poderia contribuir para a permanência dos povos e comunidades tradicionais nos seus territórios. Afinal, para eles, fazer as malas e deixar a floresta para trás é sinônimo de desterro, um exílio que vem acompanhado de um sabor amargo. De acordo com Raimunda Monteiro, professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), apesar da mudança ser motivada, muitas vezes, pela expectativa de um futuro melhor, estas populações acabam por enfrentar a falta de acolhimento, e o retorno torna-se incerto.

O êxodo, bem como a vulnerabilidade social, a influência dos especuladores, as divisões internas, o apagão de políticas públicas e as economias dependentes de recursos de rápido retorno são fatores que, segundo ela, ameaçam a permanência dos PCTs nas florestas. Atualmente, existem cerca de 3,6 mil assentamentos rurais na Amazônia. São pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares espalhados por 42 milhões de hectares. Conforme Raimunda, que é pós-doutora em Ciências Sociais, trata-se de uma população bastante significativa, enraizada na Amazônia e que detém conhecimento sobre bens da

natureza, como frutos de usos diversos, a exemplo do piquiá-amazônico, o qual, além de nutritivo, pode ser usado desde a fabricação de sabão até o tingimento de roupas.

E o desafio de garantir que estes povos tenham condições de continuar nos seus territórios não será superado sem que o aspecto econômico seja contemplado, culminando em um projeto de desenvolvimento local, baseado nas estruturas produtivas tradicionais. “É um fator que contribui de forma estrutural para gestão sustentável de todo o bioma com qualidade de vida para suas populações”, avaliou.

Para Raimunda, a permanência está atrelada à compreensão do extrativismo como base para a produção de alimentos saudáveis e para a transição industrial ecológica. Nesse sentido, a estratégia levaria em conta a especialização e diversificação, considerando floresta, pesca, pecuária sustentável e agricultura sustentável. “Com a produção em pequena escala familiar e comunitária, abastecimento de mercados locais e venda organizada de excedentes como ponto de partida para a expansão desses sistemas econômicos novos, diferenciados, desafiadores, mas que, sem eles, não há permanência dessas populações no horizonte”, pontuou.



Titulação dos territórios e o racismo ambiental

Foram 350 anos de escravidão no Brasil até a abolição, em 1888, “formal e inconclusa”. Segundo Fernando Prioste, do Instituto Socioambiental (ISA), apesar do regime escravocrata ter sido superado, a exploração do trabalho de pessoas negras e quilombolas continua acontecendo. “Além de formal, ela foi inconclusa porque a essas comunidades quilombolas não foi reconhecido nenhum direito, nem à terra nem nada. Estiveram à própria sorte”, disse.

Seriam necessários que se passassem 100 anos até a Constituição de 1988 assegurar às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras. Entretanto, dos mais de 6 mil territórios quilombolas existentes no país, somente cerca de 340 foram titulados nestas últimas três décadas. Prioste lembrou que, nesse ritmo, levaria mil anos para que a titulação completa. “A permanência dessas comunidades nos territórios depende da titulação, não é a única, mas é a principal ferramenta”, afirmou, destacando que a demora é fruto da pressão do agronegócio.

Educador e advogado popular, Prioste citou estudos sobre papel dos povos e comunidades tradicionais na preservação ambiental, e avaliou que, embora tais territórios sejam áreas ambientalmente protegidas, não são tratados como tal nas políticas públicas. “Se a finalidade do Código Florestal é a preservação ambiental, a regeneração, e está provado do ponto de vista técnico-científico que os territórios e comunidades tradicionais são as melhores áreas de preservação, conservação e recuperação, é preciso titular esses territórios para que o Código seja aplicado na prática”, frisou.

Além dos impasses na titulação, a sobreposição dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs), que acabam impedindo o acesso ao financiamento agrícola é, na avaliação do advogado, uma injustiça que pode ser classificada como um “racismo ambiental”. “De um lado, as comunidades quilombolas são as que mais preservam: por ter um modo de vida e manejo do território específico, conservam mais do que as unidades de conservação, mais do que os imóveis privados do entorno e, ao mesmo tempo, têm menos apoio para a implementação da política central do Código Florestal, que é a inscrição dos territórios no CAR.”



Filhos da terra

É da terra que a quilombola Maria Teresa Vieira tira o sustento para ela e seus três filhos. Agricultora e coletora de sementes, ela conta com orgulho que a filha mais velha, que cresceu no Quilombo Nhunguara, no Vale da Ribeira, em São Paulo, está no último ano do curso de Biologia. Uma escolha que, provavelmente, não se deu por acaso. Afinal, é o entusiasmo que dá o tom à fala da mãe sobre a relação ancestral das comunidades quilombolas de respeito com a natureza. “Eles (os quilombolas) aprenderam como preservar, sem destruir, construindo nas suas próprias roças, plantando tudo o que tinham necessidade. (...) A gente sabe que área usar, onde estão as nascentes, que os topos dos morros não se podem derrubar”, contou.

Maria Teresa contou que a sua comunidade sempre plantou para a própria subsistência, mas que, com o tempo, percebeu que poderia comercializar o excedente. Assim, há dez anos nasceu a cooperativa, que abrange 17 bairros quilombolas e conta com mais de 200 famílias cadastradas – 140 das quais chefiadas por mulheres. Em 2021, os quilombos realizaram a doação de mais

de 350 mil toneladas de alimentos, beneficiando 23 mil famílias da periferia de São Paulo, que enfrentavam dificuldades devido à crise provocada pela pandemia.

Ela também compartilhou a experiência com a rede de sementes no Vale da Ribeira, a partir de um intercâmbio com a Sementes do Xingu, no Mato Grosso. Com 5 anos de existência, a iniciativa comercializou 1.500 kg de sementes em 2021, contribuindo, principalmente, para o empoderamento das mulheres e o envolvimento de jovens. Para Maria Teresa, o rendimento extra com as sementes se traduz em uma oportunidade de garantir a continuidade dos filhos na terra: “Com a oportunidade que a gente está tendo, eles podem ter uma melhora financeira dentro da comunidade, sem precisar sair. Porque muitos saem pela dificuldade e acabam voltando. Até se reorganizar de novo, é tempo perdido. Então, acho que esse trabalho que estamos tendo é motivo de segurar eles na terra e ter uma vida tranquila”, disse.



A importância da decisão política

Da Bahia, um exemplo de como as lideranças precisam ir além dos seus discursos. O agrônomo José Augusto Tosato, da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia, contou que, com a criação da pasta, em 2015, houve uma decisão política e um ambiente propício para ampliação das políticas públicas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais. Até 2021, foram investidos R\$ 2,1 bilhões em ações de inclusão produtiva e sustentabilidade, as quais, segundo ele, “contribuem muito para a relação harmônica dessas comunidades com o meio ambiente”.

Com 417 municípios, a Bahia possui 27 territórios de identidade e quase 75% da população vivendo em áreas urbanas. Mas à primeira vista os números podem enganar: Tosato destacou que há um forte apelo de ruralidade, pois quase 90% da população vive em municípios com até 50 mil habitantes. “Para que se fortaleça a agricultura familiar como um todo, é

preciso que haja melhores condições de vida sempre”, disse ele, admitindo que, embora esse fortalecimento seja “prioridade inequívoca”, o investimento não dá conta de tudo, por haver “muitas vulnerabilidades”.

Ele apresentou uma série de ações e programas da secretaria, como o Pró-Semiárido, que atende 60 mil pessoas e visa contribuir para a redução da pobreza rural de forma duradoura. Outro destaque foi um edital lançado em 2019 e que está em fase de implantação dos projetos. Conforme Tosato, o edital 14/2019, voltado para as comunidades tradicionais, traduziu a aposta de que “a conservação pode ser uma grande indutora da inclusão social, do desenvolvimento nos territórios e pode, então, mudar a vida das pessoas”. Foram aprovados 99 projetos de 15 territórios, nas áreas de turismo de base comunitária, transição agroecológica, recuperação de áreas degradadas e produtos da sociobiodiversidade.

Painelistas

Andréia Pinto – Gestão Ambiental / Imazon (Moderação)

Dra. Raimunda Monteiro – Professora / Ufopa

Maria Tereza Vieira – Quilombola, Agricultura e Coletora de Sementes

Fernando Prioste – Educador e Advogado Popular / ISA

José Augusto de Castro Tosato – Especialista em gestão de estratégia pública / Secretária de Desenvolvimento Rural da Bahia



Foto: AdobeStock

CC DIGO FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



OS TRIBUNAIS DE CONTAS E O CÓDIGO FLORESTAL: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA IMPULSIONAR A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI

De que forma os Tribunais de Contas podem auxiliar na implementação do Novo Código Florestal? À primeira vista, até pode parecer que uma coisa não tem muito a ver com a outra, o que não passa de um engano, talvez induzido pela nomenclatura. Para responder a esta questão, reuniram-se especialistas (da academia a representantes de organizações do terceiro setor), e eles foram unânimes ao afirmar que tais órgãos são, sim, importantes atores no processo.

A mesa de debate, intitulada “Os Tribunais de Contas e o Código Florestal: construindo estratégias para impulsionar a implementação da lei”, foi mediada por Rafael Giovanelli, advogado e analista em Políticas Públicas do WWF-Brasil. “O Tribunal vem atuando de maneira bastante intensa na nossa agenda e nosso objetivo é conversar com

alguns especialistas para explorar as possibilidades de atuação da sociedade civil diante dos Tribunais de Contas, visando a implementação do Código Florestal e especialmente a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)”, disse.

Participaram do debate André Rosilho, advogado, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Observatório do TCU, da FGV; Kaline de Mello, bióloga, do Geolab e pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Bruno Vello, analista de Políticas Públicas do Imaflora; e Amanda Faria Lima, analista no Programa de Integridade e Governança Pública da Transparência Internacional Brasil, co-fundadora do Instituto de Governo Aberto.



Um estímulo aos avanços da pauta ambiental

É preciso compreender as funções dos Tribunais de Contas para entender a sua relação com o Novo Código Florestal e como tais órgãos – seja o Tribunal de Contas da União, os tribunais estaduais ou municipais – poderiam ser úteis na promoção da pauta ambiental. Partindo desta premissa, o advogado André Rosilho, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), avaliou a provocação do painel como “um tanto inusitada, mas possível”. Coordenador do Observatório do TCU, ele lembrou que o Código é um diploma normativo cuja eficácia “depende de uma construção, não é automática”. “Sobretudo nesse momento que o poder Executivo acaba se afastando da pauta de proteção ao meio ambiente me parece fundamental pensar em alternativas criativas para fomentar a eficácia do diploma”, frisou.

Rosilho, que coordena o Observatório do TCU, da FGV, explicou que a Constituição prevê que o TCU auxilie o poder Legislativo, mas com certo grau de autonomia. O órgão de controle externo do governo federal pode agir por iniciativa própria ou quando provocado por terceiros, além de possuir uma clara divisão entre um corpo técnico (concursados) e decisório (9 ministros, que chegam ao cargo por critérios mais políticos). “Um corpo

técnico qualificado para fazer auditorias de desempenho é algo bastante singular, restrito aos tribunais de contas”, disse, destacando ainda como positiva “certa independência institucional” em relação ao Executivo e ao Legislativo, o que pode estimular a produção de estudos mais neutros sobre o funcionamento das instituições.

Conforme o professor, o TCU tem produzido auditorias importantes sobre como as políticas ambientais têm sido implementadas na prática. Além disso, pontuou que os Tribunais de Contas têm uma posição institucional privilegiada, permitindo um olhar panorâmico para a administração pública que poucos órgãos de controle têm. Nesse sentido, os Tribunais de Contas podem ser aliados importantes da sociedade civil para produção de dados e informações. “Podem tanto ser provocados pela sociedade civil como a sociedade civil pode se valer de dados produzidos em matéria ambiental para pressionar o Congresso a fazer reformas ou o Executivo a cumprir medidas previstas na legislação. Então, são um ator importante para estimular avanços da pauta ambiental”, declarou.



Gargalos do Código Florestal

Apesar dos avanços, especialmente na etapa do cadastramento, há uma série de gargalos para a implementação do Código Florestal. Pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a bióloga Kaline de Mello ajudou a lançar luzes sobre estes desafios, os quais podem ser foco de atuação dos Tribunais de Contas. Ela lembrou que os 6,5 milhões de registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR) correspondem a 72% da área do Brasil, mas que, desconsiderando as sobreposições, esse percentual cairia para cerca de 50%. Na Mata Atlântica, por exemplo, há 6,3 milhões de hectares de sobreposições, o que, segundo Kaline, significa um nó a ser desatado na próxima etapa, a de validação. Além disso, há um gap nos cadastros, o chamado vazio do CAR, que são os 13,5% de terras não registradas: 13,5%.

De acordo com a pesquisadora, estimativas do ValidaCAR indicam que o custo de validação do CAR pode chegar a R\$ 160 milhões em estados como o Pará. “O maior desafio atualmente é a validação do CAR. Como é autodeclaratório, precisa ser validado, o que demanda

recursos financeiros e técnicos”, disse. Uma das estratégias para agilizar o processo seria o investimento em ferramentas automatizadas de validação, principalmente nos cadastros mais simplificados, deixando para os técnicos apenas a análise de cadastros de maior complexidade. A validação dinamizada, porém, traria outro desafio: a transparência de dados do sistema, do método de análise dos cadastros e da base de dados utilizados, além de recursos. “A transparência é fundamental para que a sociedade civil acompanhe esse processo de validação do CAR”, declarou.

Por fim, Kaline chamou a atenção para a importância de se acompanhar a regulamentação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs). Afinal, somente com a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) – que, conforme ela, obrigatoriamente precisam ser restauradas – seria possível atingir 67% da meta climática do Brasil, que é de 12 milhões de hectares. “Então, a implementação do Código Florestal é fundamental para o Brasil atingir essas metas internacionais”, sinalizou.



Um olhar para o TCU

A palavra “contas” pode induzir ao erro, pois a atuação desses tribunais não se limita a olhar para os números. Conforme Bruno Vello, analista de Políticas Públicas do Imaflora, as auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), têm alta capacidade de intervenção sobre os rumos das políticas públicas. “A atuação vai muito além dessa característica de fiscalização e julgamento de contas públicas, inclusive com elaboração de diagnóstico sobre a implementação de políticas, que é parte importante do desafio que temos hoje de implementação do Código Florestal, de uma política que ocorre em etapas, para que sejam cumpridas”, avaliou.

O potencial de atuação do TCU em relação à legislação ambiental encontra suporte no fato de que o órgão monitora a implementação e governança de políticas públicas, recordou Vello. O analista disse ser importante ressaltar que não se parte do zero: em agosto de 2020, foram feitas análises

exploratórias sobre auditorias do TCU e da Controladoria-Geral da União (CGU) envolvendo o Código Florestal. Ele trouxe alguns exemplos. Entre eles, um acórdão de 2018, fruto de solicitação do Congresso Nacional para que o TCU avaliasse o estágio de implementação de instrumentos do Código. Nos resultados, o órgão aponta uma série de desafios, como a dependência de recursos externos para viabilização do CAR (doações e empréstimos de organismos internacionais) e capacidade técnica e operacional limitada das secretarias estaduais de meio ambiente. “Em 2018, o TCU já estava identificando esses desafios que a gente também identifica como gargalos para implementação do Código, apesar de não ter feito recomendações ou determinações para enfrentar esses desafios.” Segundo Vello, o TCU possui um potencial positivo para acelerar a implementação do Código Florestal, embora não tenha sido realizada uma auditoria específica.



A capilaridade dos tribunais

Além do Tribunal de Contas da União (TCU), o Brasil possui ainda outros 26 tribunais estaduais, três municipais, um do Distrito Federal e mais dois de municípios específicos (São Paulo e Rio de Janeiro). Tal fato demonstra a dimensão da capilaridade e, consequentemente, o potencial territorial destes órgãos de controle, de acordo com Amanda Faria Lima, analista no programa de Integridade e Governança Pública na Transparência Internacional Brasil. Coube a especialista fazer uma reflexão específica sobre os Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). “Nesse trabalho de promover o combate à corrupção, de estimular instituições mais íntegras, que olhem para a governança e integridade das políticas públicas, a gente vê nos TCEs e nos demais órgãos de controle atores muito importantes na promoção dessa integridade”, disse.

Amanda relatou que a Transparência Internacional possui um programa de integridade socioambiental, que olha para a conexão entre o combate à corrupção e a preservação ambiental em diversos temas. Tratando

especificamente do Código Florestal, avaliou que, nestes 10 anos de existência da legislação, ocorreram importantes avanços, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. E é justamente nesse vão que os tribunais entram como agentes de fortalecimento da implementação do Código.

Para a analista, três das funções dos órgãos de controle podem auxiliar na prática: a função fiscalizadora (com exames e ações de auditoria), a sancionatória (aplicação de multas, declaração de inidoneidade para licitar, etc) e a ouvidoria (recebimento de denúncias feitas por qualquer cidadão e representação). Amanda ainda citou um trabalho realizado em parceria com Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, que resultou em uma resolução com diretrizes de controle externo da gestão florestal. “Os Tribunais de Contas são importantes, pois são novos atores que a sociedade civil pode utilizar. E o recebimento de denúncias, de representações são formas de contato”, explicou.

Rafael Giovanelli – Especialista em Políticas Públicas / WWF (Moderação)

André Rosilho – Coordenador / Observatório do TCU

Kaline de Mello – Bióloga / GeoLab

Bruno Vello – Analista de Políticas Públicas / Imaflo

Amanda Faria Lima – Analista no Programa de Integridade e Governança Pública / Transparência Internacional Brasil



CC Digo FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



LANÇAMENTO DE INSTRUMENTOS QUE PROMOVEM A IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Do Oiapoque ao Chuí, os bons exemplos existem. E têm potencial de gerar um efeito multiplicador pelo país. Coube a um grupo de mulheres a missão de lançar luzes sobre iniciativas propositivas no painel “Lançamento de instrumentos que promovem a implementação do Código Florestal”. Uma nota técnica, uma plataforma e um manual foram os casos apresentados por cada uma delas.

O debate foi mediado pela jornalista Flávia Ribeiro, da BVRio, que chamou a atenção para a importância dos exemplos positivos para inspirar outras pessoas e entidades a se engajarem na causa ambiental. Participaram da mesa Lícia Azevedo, da The Nature Conservancy Brasil, Roberta del Giudice, secretária-executiva do Observatório do Código Florestal (OCF), e Miriam Prochnow, ambientalista e conselheira da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi).



Azeitar a engrenagem para ganhar escala

Especialista em Políticas para a Floresta na The Nature Conservancy Brasil, Lícia Azevedo apresentou uma nota técnica construída por várias mãos com sugestões de rotas para se avançar na implementação do Código Florestal. Para a engenheira ambiental e mestre em Ciências Florestais, a “grande âncora” são as chamadas soluções baseadas na natureza, as quais imitam processos naturais, como a conservação e a restauração da vegetação nativa, que correspondem hoje a mais de um terço das soluções para combater as mudanças climáticas. “Além disso, as soluções baseadas na natureza trazem muitos benefícios, como conservação da água e do solo, o aumento da biodiversidade e também benefícios sociais e econômicos”, frisou.

No entanto, para viabilizar o cumprimento da meta do Acordo de Paris e o próprio Código Florestal, restaurando 12 milhões de hectares até 2030, é fundamental ganhar escala na restauração florestal. “Um ponto importante é o produtor rural. Ele é o elo chave de todo o processo”, disse. Mas como fazer com ele tenha interesse em

restaurar áreas na sua propriedade rural? Segundo Lícia, entre os indutores de motivação estão os mecanismos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e os sistemas de comando e controle, como as leis.

Por fim, a especialista trouxe exemplos de experiência de destaque, da aplicação dos motivadores, tais como o projeto Reverte, lançado em 2019 e que apoia a conversão de pastagens degradadas em áreas produtivas no Cerrado, e o Plano Conservador da Mantiqueira, criado em 2016 e que, com o uso de PSA, busca restaurar 1,5 milhão de hectares em 425 municípios da região da Mantiqueira. Os casos apresentados, conforme ela, deixam algumas lições. “Todos os atores devem andar juntos para que a engrenagem funcione: o setor privado deve continuar buscando investir em projetos reais, órgãos públicos devem continuar a acelerar a elaboração dos seus PRAs e a sociedade civil deve pressionar pela execução da lei, promover sua importância e mostrar que é possível cumpri-la.”



Uma plataforma para inspirar

Diz o ditado que a união faz a força. Foi com essa máxima em mente que diversas organizações (39, atualmente) se juntaram para promover a implementação da lei florestal brasileira. Criado em 2013, o Observatório do Código Florestal (OCF) tem atuado no sentido de buscar transparência dos dados públicos e incentivos para o cumprimento da lei, além de promover a comunicação e engajamento, segundo Roberta del Giudice, advogada e secretária executiva da rede. Ela apresentou Coleção Web de boas práticas de implementação do Código Florestal, uma plataforma que reúne iniciativas públicas, privadas e do terceiro setor, relacionadas ao estabelecimento da legislação ambiental no país.

Com 23 anos de atuação em Direito Ambiental, Roberta citou uma série de dados para demonstrar o que motivou a criação da plataforma, a começar pelo fato de que somente 0,4% dos 6,5 milhões de registros no Cadastro

Ambiental Rural (CAR) foram validados. Além disso, enquanto o desmatamento e projetos que ameaçam o Código avançam, 74% da sociedade brasileira desconhece a legislação florestal. “Então, para promover a implementação da lei, a gente achou que precisava mostrar quais são essas boas práticas para que elas ganhem escala, para que aumente o impacto de cada uma delas”, explicou.

Após o lançamento, em 2021, de um questionário para identificar as boas práticas, o OCF colocou no ar a plataforma com seções sobre ferramentas de informação, validação CAR, compliance, inscrição CAR, adequação e incentivo. Também é possível fazer buscas por estado ou bioma, conferir estudos, documentos, levantamentos de dados, além de cadastrar novas iniciativas. As 25 iniciativas de sucesso podem ser conferidas em <https://boaspraticas.observatorioflorestal.org.br>



Criatividade contra a crise

Para a ambientalista e pedagoga Miriam Prochnow, conselheira da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), a criatividade é um item indispensável num momento de crise e fragilidade das instituições e das políticas públicas, como vem ocorrendo no país nos últimos anos. Por isso, uma das ferramentas que a entidade tem utilizado são materiais didáticos para demonstrar aos produtores rurais a importância do espaço onde vivem e da legislação ambiental, além de sinalizar o caminho para a restauração.

Miriam lembrou que a Apremavi trabalha com a implementação do Código Florestal desde 1987, quando a associação nasceu. “Sabíamos que não seria simples, mas a boa notícia é que temos muitos projetos que nos permitem dar escala e enfrentar o maior desafio que

são as consequências das mudanças climáticas”, disse. Para cumprir as metas do Acordo de Paris até 2030, segundo ela, é preciso colocar em prática ferramentas como o Código, as quais “podem nos ajudar a dar conta desse trabalho que precisamos fazer”.

A ambientalista apresentou o manual Planejando Propriedades e Paisagens Sustentáveis, que apresenta informações sobre o bioma Mata Atlântica, sua importância para conservação da biodiversidade e serviços ambientais e aborda o tema de adequação ambiental dos imóveis rurais. Disponível no site da Apremavi, a cartilha traz argumentos que, de certa forma, podem motivar produtores rurais a apostar na restauração e conservação florestal.



Plano de voo em ação

Passada uma década desde que o Novo Código Florestal entrou em vigor, uma dúvida ainda paira no ar: por que a legislação ambiental ainda não foi, de fato, implementada? Para as especialistas que participaram do debate, há uma explicação: falta vontade política. O que sobra, porém, é disposição de várias pessoas e organizações para fazer acontecer. “Vontade política a gente impulsiona com mobilização social. Não dá para ficar esperando sentada, a gente precisa caminhar”, disse Roberta.

Para Lícia, um ponto crucial é fazer com que a restauração de áreas degradadas seja vista como um bônus, e não ônus. “As boas práticas são modelos, exemplos de lições aprendidas, ou

seja, temos um plano de voo que já foi traçado”, avaliou, apontando a tríade produtor rural, monitoramento e recursos como essencial para os avanços necessários.

Já Miriam ponderou que as pessoas sabem da importância da floresta, mas ainda não fazem o vínculo com o impacto no dia a dia. Otimista, disse acreditar que também há um ponto de não retorno para as coisas positivas, em que não seja mais crível o descumprimento das leis ambientais. “Costumo dizer que um dos argumentos mais fortes é que plantar árvores traz felicidade, e isso não tem dinheiro nenhum que pague.”

Painelistas

Flávia Ribeiro – Gerente de Comunicação / BVRio (Moderação)

Lícia Azevedo – Especialista em Políticas públicas para Florestas / TNC

Roberta del Giudice – Secretária Executiva / OCF

Mirian Prochnow – Conselheira / Apremavi



CC DiGO FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



CONTROVÉRSIAS JURÍDICAS NO CÓDIGO FLORESTAL

Uma gestação complexa, um parto difícil. Foram anos de discussões, impasses e vaivéns até a aprovação do Novo Código Florestal em 2012. Já nos seus primeiros meses de vida a legislação foi alvo de questionamentos sobre uma possível inconstitucionalidade dos seus dispositivos. E o parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018 não foi capaz de apaziguar os ânimos: as controvérsias prosseguem e a legislação ambiental entra na pré-adolescência sob imbróglis jurídicos.

Para falar sobre as “Controvérsias jurídicas no Código Florestal”, reuniram-se especialistas das áreas do Direito ao Meio Ambiente. O debate foi mediado pela professora

Ana Maria Nusdeo, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Instituto Direito por Um Planeta Verde. Conforme ela, as falas demonstraram os meandros e as especificidades das controvérsias que estão chegando ainda hoje, apesar de já ter havido julgamento das ADIs.

A mesa contou com a participação de Sandra Cureau, subprocuradora-geral da República aposentada, Márcia Leuzinger, professora de Direito Ambiental, Cristina Leme Lopes, da Climate Policy Initiative, e Roberto Resende, presidente da Iniciativa Verde.



Os primeiros questionamentos

O ano era 2013 e havia poucos meses que o Novo Código Florestal tinha entrado em vigor quando a então procuradora-geral da República interina, Sandra Cureau, resolveu questionar trechos da legislação no Supremo Tribunal Federal (STF). A advogada, hoje subprocuradora-geral da República aposentada, entrou com três Ações Diretas de Inconstitucionalidade distintas pedindo a suspensão de 58 dos 84 artigos da Lei 12.951, de 2012.

Na avaliação de Sandra, as mudanças introduzidas pela lei eram sinônimo de retrocesso e inconstitucionalidade por reduzirem ou extinguirem áreas consideradas protegidas por legislações anteriores. As ADIs - que

foram divididas em eixos temáticos (Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e anistia concedida a quem tinha desmatado até julho de 2008) - só vieram a ser julgadas em 2017.

“Foi um resultado píffio, com procedência parcial apenas para declarar inconstitucionais dois dispositivos do Código Florestal. A partir daí passamos a ter uma enxurrada de petições junto ao STJ, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas”, relatou. E o entendimento do Supremo Tribunal de Justiça tem sido o de que o Novo Código Florestal não pode retroagir. “Tempus regit actum”, o que, literalmente, na expressão jurídica latina, quer dizer “o tempo rege o ato”.



A importância dos territórios protegidos

Apesar de produzir cerca de 20% da água doce do planeta, de abrigar milhares de espécies de plantas e animais, além de ser território de 180 etnias de povos indígenas, a floresta Amazônica corre o risco de desaparecer. Estima-se que 18% da área já foi derrubada, geralmente para dar lugar a pastagens em fazendas de grande e médio porte. Os dados foram apresentados por Márcia Leuzinger, procuradora do Estado do Paraná em Brasília e professora de Direito Ambiental e de Direito Administrativo no Centro Universitário de Brasília (CEUB). “Se antes o desmatamento normalmente acontecia perto de cidades, estradas e rios, hoje mesmo as áreas remotas vêm sendo degradadas”, pontuou Márcia.

Os efeitos colaterais são inúmeros: perda de biodiversidade, alterações do ciclo hidrológico, da capacidade de manutenção dos serviços ecossistêmicos e aumento da pobreza na região amazônica são alguns dos exemplos. Nesse contexto adverso,

tornam-se cada vez mais importantes os espaços territoriais especialmente protegidos (ETEP), resguardados pela Constituição. Criadas e amparadas pelo Código Florestal, as figuras da Reserva Legal (RL) e das Áreas de Preservação Permanente (APP) são exemplos desses espaços territoriais que visam garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina o Artigo 225 da Constituição.

Conforme Márcia, o Novo Código simbolizou um “enorme retrocesso” justamente por flexibilizar o uso e a gestão da RL e das APPs, porém, segue sendo descumprido. “Existem hoje diversos projetos de lei buscando uma flexibilização ainda maior do Código, que foi criado justamente para trazer uma flexibilidade e, com isso, a possibilidade para que o setor rural se regularizasse e passasse a implementar a lei. Só que isso se mostrou extremamente complexo, burocrático.”



Nascido sob embates

Antes mesmo do Novo Código Florestal ser aprovado, já havia indícios de que o tema geraria imbróglis. O tempo de tramitação da proposta de reforma da legislação ambiental foi um deles. No fim das contas, o texto aprovado refletiu os conflitos e os acordos alcançados envolvendo um tema complexo, avaliou Cristina Leme Lopes, gerente de Pesquisa no programa de Direito e Governança do Climate Policy Initiative Brasil. “O Novo Código já nasceu repleto de controvérsias”, disse, fazendo referências às Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Segundo ela, o julgamento das ações que questionavam a constitucionalidade da Lei 12.651/2012 em 2018, não pacificou todas as controvérsias existentes, além de que, à medida que Estados implementavam suas leis, novos impasses foram surgindo. “As controvérsias jurídicas mantêm um

ambiente de insegurança permanente que vem afetando a implementação da lei em todo o país”, afirmou. Cristina trouxe exemplos de pontos ainda pendentes de decisão, como o conflito do Novo Código Florestal com a Lei da Mata Atlântica e a revisão de termos de compromisso firmados na vigência da lei anterior.

Tais controvérsias, de acordo com ela, impactam fortemente a implementação da lei florestal nos Estados. “O Paraná, por exemplo, tem cerca de 120 mil termos de compromissos para recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais pactuados na vigência do Código Florestal de 1965, sendo que 14 mil produtores já pediram ao órgão ambiental a revisão dos termos conforme a lei de 2012”, explicou.



SP mais verde

Presidente da Iniciativa Verde, Roberto Resende apresentou informações sobre o andamento do Programa de Regularização Ambiental (PRA) em São Paulo. Conforme o agrônomo, as estimativas sobre o déficit florestal no Estado - considerando a demanda por restauração de APP e RL - variam entre 500 mil e 1,35 milhões de hectares. Para reivindicar maior transparência e objetividade na implementação do PRA paulista, diversas pessoas e instituições se reuniram em janeiro de 2016 e criaram o coletivo Mais Florestas.

Com um papel indutor para o país, devido ao seu peso político e econômico, São Paulo possui um índice de 22% de cobertura vegetal remanescente, a qual, porém, está mal distribuída. O Estado, na opinião de Resende, destaca-se possuir por uma posição

privilegiada no aspecto institucional. “São Paulo tem um acúmulo histórico de instituições e normas ambientais, a pesquisa costuma ser bem aplicada e desenvolvida e o Estado assume compromissos internacionais”, afirmou.

No entanto, na prática, os mecanismos não estão sendo aplicados. Resende teceu críticas ao Programa Agrolegal, criado em 2020, com o objetivo de promover a regularização da Reserva Legal dos imóveis rurais no Estado de São Paulo. “A regularização ambiental é tratada de maneira mais formal do que contratual, induz à revisão de termos firmados, simplifica mecanismos de monitoramento e desconsidera acúmulo técnico”, disse, chamando a atenção ainda para o atendimento precário aos povos e comunidades tradicionais.



O desafio de fazer cumprir

Fazer com que o Novo Código Florestal – o Código possível – seja cumprido continuará sendo o grande desafio para a próxima década, na avaliação dos especialistas. Apesar dos retrocessos nas leis ambientais nos últimos anos e dos embates que geram insegurança jurídica, as controvérsias podem representar uma brecha para melhorar as legislações, conforme a professora Márcia Leuzinger. No entanto, é preciso estar atento. Sandra Cureau, subprocuradora-geral da República aposentada, alertou para os riscos de municípios e Estados flexibilizarem as regras ambientais, invadindo uma competência da União.

Para tirar, de fato, a lei do papel, resolver imbróglis é fundamental. Cristina Leme Lopes, da Climate Policy Initiative, lembrou citou como exemplo de impasses que merecem atenção e agilidade dos Estados e da Justiça temas como compensação da Reserva Legal, a aplicação da Lei da Mata Atlântica e a revisão dos termos de compromisso.

Por outro lado, Roberto Resende, presidente da Iniciativa Verde, ponderou que, muitas vezes, o problema não é nem a previsão legal, mas, sim, cumprir o que já existe. Ele se referia aos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), previstos em São Paulo desde 2010 e que, no entanto, ainda não passaram da fase de projeto piloto.

Painelistas

Ana Maria Nusdeo – Professora da Faculdade de direito da USP e Diretora / Instituto Direito por um Planeta Verde (Moderação)

Sandra Cureau – Procuradora Geral de República / Aposentada

Márcia Leuzinger – Procuradora do Estado do Paraná em Brasília

Cristina Lemes Lopes – Gerente de Pesquisa no programa de Direito e Governança do Clima / Climate Policy Initiative Brasil

Roberto Resende – Presidente / Iniciativa Verde

**CC
DIGO
FLORESTAL
+10**

DAS RAÍZES AO LEGADO



AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Comemorar, do latim commemorare, significa lembrar, trazer à mente. Foi ao pé da letra que se deram as celebrações da primeira década da Lei 12.651/2012, que criou o Novo Código Florestal brasileiro. Isso porque, entre os convidados, predominou o sentimento de que não havia muito a “festejar”. Pelo contrário: ainda há um longo caminho a percorrer para tornar a legislação real e efetiva, para que ela, de fato, possa viabilizar a regularização ambiental e a proteção da vegetação nativa.

Em um evento que reuniu diversos atores sociais e políticos relevantes, mediado pela jornalista Marta Salomon, foram debatidos os avanços na implementação da lei. “O Código Florestal não era a legislação do sonho dos ambientalistas. Havia a expectativa de que ele promovesse a regularização ambiental de 21 milhões de hectares, mas, 10 anos depois, a conclusão é a de que não se sabe qual é o tamanho desse passivo florestal”, destacou Marta.



Gargalos e ameaças

Secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, Roberta Del Giudice afirmou que, ao longo dos anos, foi possível perceber que a Lei 12.651/2012 é a melhor ferramenta que a sociedade tem em mãos para transformar a commodity agrícola brasileira numa commodity sustentável. A implementação do código, segundo ela, é fundamental para a melhorar a imagem do Brasil no exterior, mas, antes, é preciso superar gargalos em campo e ameaças no Congresso Nacional. “Nesses 10 anos, a gente perdeu 13,5 milhões de hectares de vegetação nativa e teve um aumento do PIB agropecuário em 34%, e esses não são os melhores indicadores para avaliar se a gente está crescendo, pois, nesse mesmo período, a gente teve o aumento da fome, da pobreza, da exclusão social”, avaliou Roberta.

Já o vice-presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), Alexandre Gaio, falou sobre a importância e o histórico de atuação do órgão. “É incumbência do Ministério Público cobrar, reclamar, exigir, responsabilizar eventualmente. O MP no Brasil é responsável por mais de 90% dos casos judiciais envolvendo o meio ambiente”, disse, chamando a atenção para milhares de Termos de

Ajustamento de Conduta (TACs) sobre Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). “Para o MP, a efetividade da Lei 12.651 é fundamental, faz parte do nosso dia a dia. Temos uma relação umbilical com o cumprimento dessa lei e vemos com muita preocupação as tentativas de desvirtuar sua interpretação e de ampliar retrocessos que já aconteceram em 2012.”

Sobre as ameaças ao Código Florestal no Congresso, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), que participou do evento por vídeo, disse que já na aprovação do Código, em 2012, se percebeu uma reorganização das forças políticas - capitaneada por uma parcela do agronegócio e desfavorável às questões ambientais - que foi piorando desde então. “Apesar dos fenômenos climáticos extremos, que se tornam cada vez mais frequentes, inclusive no nosso país, causando muitos estragos materiais e até mesmo a perda de muitas vidas, o Congresso Nacional tem agido de forma inconsequente em relação à agenda ambiental”, afirmou, destacando que será preciso “desfazer o que foi feito de errado nos últimos anos e reconstruir tudo aquilo que foi destruído”.



Assentamentos e florestas públicas

Apesar de todos os esforços para enfraquecer e alterar o Código Florestal, a Lei 12.651/2012 é um marco regulatório robusto e deve, sim, ser concretizado. Esta é a opinião de Gabriela Savian, diretora de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). “Esse marco já traz segurança ambiental para a produção sustentável do Brasil e para a conservação da vegetação nativa. O que a gente precisa, de fato, é implementá-lo: há um amplo cadastro de imóveis, legislação para o Pagamento por Serviços Ambientais, mas existem vários desafios pela frente”, disse.

Gabriela falou sobre a regularização ambiental dos assentamentos da reforma agrária e o desmatamento em florestas públicas. Entre 2019 e 2021, o desmatamento anual no bioma Amazônia foi 56,6% maior do que o registrado entre 2016 e 2018, sendo que uma porcentagem significativa ocorreu nestes locais. Ela defendeu a necessidade de se pensar políticas públicas específicas para os cerca de 8,2 mil assentamentos que existem no país (39% na Amazônia), com um passivo de Reserva Legal estimado em 1 milhão de hectares. Já as terras públicas, especialmente as florestas não destinadas, concentram 51% do desmatamento no último triênio, sendo 83% dessas de domínio federal.



Fortalecer a transparência

Uma transparência opaca, como um vidro embaçado. Assim pode ser descrito o nível de acesso à informação nos órgãos ambientais estaduais, conforme um estudo sobre a implementação do Código Florestal produzido pelo Observatório do Código Florestal (OCF), Instituto Centro de Vida (ICV), Imaflora, ARTIGO 19 e Instituto Socioambiental (ISA). Os dados foram apresentados por Ana Valdiones, coordenadora de Transparência no ICV. “A transparência passiva dos estados se mostrou limitada para garantir à sociedade o acesso a informações em relação à regularização ambiental. Para mudar o cenário, são necessárias ações para o fortalecimento de práticas de acesso à informação

junto aos estados”, disse.

Entre 2019 e 2021, foram efetuados 278 pedidos para os órgãos estaduais de meio ambiente e do Distrito Federal, sendo que 28% foram ignorados ou respondidos fora do prazo, violando a Lei de Acesso à Informação (LAI). Além disso, para mais de 40% das informações solicitadas, as respostas não foram consideradas satisfatórias. Alguns estados deixaram muito a desejar: o Acre, por exemplo, não respondeu a nenhum dos cerca de 10 pedidos encaminhados. Por outro lado, houve exemplos positivos: o Mato Grosso atingiu um percentual de 90% de respostas satisfatórias.



CAR 2.0

Para avançar na implementação do Novo Código Florestal, uma mudança de paradigma se faz necessária, segundo o professor Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ele defendeu a importância de uma automatização completa da análise dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) com a priorização de análises manuais, além da criação de incentivos e desincentivos. Se a inscrição no CAR teve um resultado positivo, o mesmo não se pode dizer da validação: atualmente, cerca de 6 milhões de registros (92% do total) estão aguardando a análise, que esbarra em uma série de empecilhos, das sobreposições à falta de mão de obra nos órgãos estaduais.

Na proposta do CAR 2.0, imóveis sem pendências e sobreposições iriam direto para um canal verde, com validação automática. E os demais passariam pela análise manual obedecendo a três critérios paralelos de prioridade:

ambiental, social e econômico. Ou seja, áreas com maior passivo e territórios sensíveis, com conflitos, passariam na frente. “Nosso recurso é escasso, nosso tempo é escasso, a bomba climática está aí. Não temos como ficar delongando mais”, afirmou Rajão.

Em estados como Minas Gerais, o potencial de validação automática seria de 65%, já no Pará, de 20% dos imóveis. A conclusão, conforme o professor, é que a implementação do Código foi iniciada de forma efetiva em poucos estados. “Mesmo em estados com muito esforço, como Pará, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, foram concluídas poucas validações, o que nos coloca a importância de pensar em outras soluções junto com incentivos para mover todo o setor produtivo na direção da implementação do Código Florestal.”



Superar antagonismos

Brasil: uma potência ambiental ou agrícola? Ou ambas? Para Maurício Moura Costa, presidente da BVRio, esta é uma falsa dicotomia, promovida por uma “guerra de narrativas muito deletéria que tem acontecido no país e que tem sido agravada nos últimos tempos”. Tal clivagem, segundo ele, é negativa para o país. “A gente não pode funcionar mais na base desse antagonismo. É preciso separar o joio do trigo, não é um lado e outro, sustentável e agropecuária. Existe o certo e o errado: agropecuária e – como costume dizer – a ‘ogropecuária’ que tem que ser combatida”, afirmou.

No encerramento do evento “Avanços na implementação do Código Florestal”, o presidente da BVRio apresentou o PlanaFlor, um plano nacional de

desenvolvimento sustentável que promove os ativos ambientais, econômicos e sociais a partir da efetiva implementação da Lei 12.651/2012. “O Código Florestal é uma legislação extremamente poderosa, abrangente, com grande impacto em várias dimensões. Porém, 10 anos se passaram sem que tivéssemos um plano para a sua implementação”, disse.

A proposta de plano plurianual, até 2030, foi entregue aos candidatos ao governo dos Estados e à Presidência da República. Iniciado em 2021, o projeto já contou com diagnóstico, oficinas, workshops e consultas a públicos específicos, com o objetivo de fomentar a produção rural integrada à proteção e recuperação da cobertura vegetal.

Painelistas

Martha Salomon - Jornalista especializada em políticas públicas e doutora em desenvolvimento sustentável / UNB (Moderação)

Roberta del Giudice – Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal

Alexandre Gaio – Promotor de Justiça no Estado do Paraná e vice-presidente / ABRAMPA

Gabriela Savian - Diretora Adjunta Políticas Públicas /na IPAM

Raoni Rajao – Professor associado de Gestão Ambiental no departamento de Engenharia de Produção / UFMG e membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências

Maurício Costa – Presidente executivo e co-fundador / Grupo BVRio

Alessandro Molon – Deputado Federal

Ana Paula Valdiones – Coordenadora do Programa de Transparência Ambiental / ICV

Roberto Smeraldi – Fundador da Amigos da Terra / Jornalista e chef de cozinha

cc
DIG
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



INSTRUMENTOS DE INCENTIVO E MONITORAMENTO DA LEGALIDADE DO SETOR PRODUTIVO

Brasil, celeiro do mundo. Os números ajudam a explicar porque esta frase - que chegou a ser usada como slogan na Era Vargas - continua atual: em 2021, o setor agropecuário foi responsável por uma fatia de 27,4% do PIB brasileiro, a maior participação desde 2004, conforme cálculos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP. Além disso, atualmente, o número de cabeças de gado no país (218 milhões) supera o da população brasileira (214 milhões), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, o meio ambiente tem pagado um preço altíssimo, visto que o setor agropecuário é o principal

responsável pelo desmatamento no país - e também no mundo. Um estudo publicado em 2022 na revista Science mostra que de 90 a 99% do desmatamento em terras tropicais entre 2011 e 2015 estava, direta ou indiretamente, associado à agropecuária. Para falar sobre “Instrumentos de incentivo e monitoramento da legalidade do setor produtivo”, o Observatório do Código Florestal reuniu especialistas no tema, num debate mediado por Pedro Burnier, gerente do programa de agropecuária da Amigos da Terra.

Participaram do evento Katiuscia Moreira, engenheira florestal e líder técnica da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil,



Impulsos à rastreabilidade

Nas próximas décadas, a revolução digital continuará transformando toda a cadeia produtiva e a relevância da qualidade e sustentabilidade vai crescer, incluindo a rastreabilidade do produto e a racionalização do uso dos recursos naturais. Tais fatos integram as dez megatendências para 2040, segundo Katiuscia Moreira, engenheira florestal e líder técnica da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil, que falou sobre a rastreabilidade na pecuária e a implementação do Código Florestal.

Katiuscia lembrou que foi uma ação do Ministério Público Federal (MPF), em 2009, que impulsionou a rastreabilidade da pecuária no Brasil de forma mais intensiva nos últimos anos. O chamado TAC da Carne envolveu grandes frigoríficos que, ao aderir ao programa, se comprometeram a não

comprar animais oriundos de áreas de desmatamento ilegal, trabalho escravo ou terras indígenas. Como efeito cascata, ações dos Ministérios Públicos Estaduais também acabaram por impulsionar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

“O Código Florestal é um instrumento fundamental para estimular os esforços do Brasil em alinhar o crescimento da agropecuária com a proteção dos recursos naturais, através dos seus dispositivos de proteção”, sublinhou Katiuscia. Segundo ela, para avançar é preciso agora ampliar a adesão dos frigoríficos e implementar estratégias para ganhar escala na análise e validação do CAR, além de que o monitoramento deve ser acompanhado de incentivos de capacitação técnica.



Pressões que geram mudanças

Diretor de Novos Negócios da Safe Trace, Vasco Picchi regressou aos anos de 2006 e 2009 para falar da relevância dos relatórios do Greenpeace para engajar o setor privado nas discussões sobre monitoramento e rastreabilidade. Ao expor grandes marcas internacionais, o trabalho da organização provocou uma reação em cadeia ligando o desmatamento ilegal na Amazônia aos grandes traders da soja e indústrias nacionais da carne. Além do TAC da Carne, a Moratória da Soja foi outro dos compromissos surgidos para fazer frente ao desflorestamento.

Em 2016, os varejistas passaram a fazer parte do pacto, adotando política de compras livres de desmatamento e trabalho escravo. Nessa equação, o Novo

Código Florestal também tem um papel decisivo na capacidade de monitoramento, segundo Picchi. “Há pressões internacionais por uma produção responsável e múltiplas pressões internas relacionadas ao monitoramento de fornecedores indiretos”, disse, destacando que os produtores rurais devem ser parte ativa nesse processo.

Mais recentemente, os compromissos assumidos pelos varejistas têm ajudado no cumprimento do Código Florestal. Na avaliação de Picchi, as demandas especialmente por monitoramento geram modificações na cadeia, o que, para o consumidor, se traduz em um maior nível de transparência e poder de escolha.



Separando o joio do trigo

As cobranças legais em cima das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro foram, paulatinamente, se transformando em cobranças de mercado. Monitoramento, rastreabilidade tem sido requisitos básicos. O problema, na opinião de Jordan Carvalho, engenheiro agrônomo e diretor comercial da Nice Planet Geotecnologia, é que tais exigências agora esbarram na não implementação do Código Florestal e nas dificuldades dos órgãos ambientais.

Também produtor rural, Carvalho reforçou que o Código é uma legislação descritiva, e não punitiva, servindo como uma bússola para acessar mercados cada vez mais exigentes. A lei, segundo ele, é fundamental para diferenciar produtores de grileiros e desmatadores. “O Código Florestal, no momento de implementação, faz com que a gente consiga separar o joio de trigo nas cadeias produtivas

do agronegócio brasileiro. E essa separação num momento de pressão com relação à regularidade e às baixas emissões de gases de efeito estufa é imprescindível”, destacou.

Colocar o produtor rural como peça-chave da implementação do Código e desburocratizar procedimentos são passos fundamentais, defendeu Carvalho. “Tenho dito que quem deruba ou deixa uma árvore, aquela que o satélite não vê, é o produtor rural. A gente precisa cobrar e ter em mente a necessidade da implementação do Código, da criação de processos simplificados, para trazer todos para inclusão e levar os grileiros e desmatadores para exclusão de forma definitiva, a fim de melhorar a imagem das cadeias produtivas do agronegócio”, finalizou.



Mercados cada vez mais exigentes

Os mercados europeus, do Reino Unido e até dos Estados Unidos começam a fechar as portas para itens que não sejam produzidos com responsabilidade socioambiental. O Brasil, nesse contexto, possui instrumentos - como o Código Florestal - que colocam o país numa posição de vanguarda, com potencial de transformar a crise em oportunidade, segundo Tiago Reis, coordenador da iniciativa Trase/Global Canopy. “Uma mudança, nesse período de dez anos, justamente foi deixar de ter a autoridade pública como principal vetor de avanço das políticas públicas para o mercado, essa entidade que passa a demandar sustentabilidade, demandar informação”, disse.

O cenário de emergência climática fez com que os mercados globais entendessem que temas como o desmatamento precisam ser enfrentados de maneira coletiva e inquestionável, conforme Reis. Além disso, enxergar as matas nativas como uma tecnologia natural barata e eficaz para remover e armazenar carbono é outra

oportunidade. “Ou seja, preservar e restaurar as matas nativas é um benefício e não um custo. Trata-se de um investimento, já que os mercados também tendem a se abrir para esses produtos livres de desmatamento”, pontuou.

Dessa forma, aos poucos a transparência vai se transformando em norma: “muito em breve, quem não for capaz de demonstrar honestidade, o país que não conseguir dar essa transparência para os seus mercados consumidores vai começar a ser excluído”. Reis contou que, ao analisar dados do Mapbioma, foi constatado que 38% da produção de soja em 2019 ocorreu em áreas de baixo risco de desmatamento. “Não é todo o Brasil que tem desmatamento, não são todos os produtores que têm ilegalidade. Muito pelo contrário. O Brasil tem uma produção bastante responsável, eficiente, qualificada e capaz de se inserir nesse mercado global que se torna mais restrito.”



A importância do Código

Se na primeira década dos anos 2000, os produtos neutros em carbono, sustentáveis, eram algo voltado para um nicho, a realidade mudou. Hoje, dependendo do mercado, são a regra. “O que era um diferencial competitivo começa ser a régua de baixo, começa a ser a norma, e acredito que isso vai chegar aqui no Brasil também”, destacou Tiago Reis, coordenador da iniciativa Trase/Global Canopy.

Este cenário reforça a importância do cumprimento do Código Florestal, bem como o papel da assistência técnica para estimular as boas práticas. “É preciso falar das vantagens da legalidade e da regularização ambiental da propriedade e ajudar o produtor na gestão deste negócio, que tem ser bom

financeiramente para o produtor tanto sob o aspecto comercial como pelo aspecto de implementação”, afirmou Jordan Carvalho, engenheiro agrônomo e diretor comercial da Nice Planet Geotecnologia .

Por fim, Vasco Picchi, da Safe Trace, disse que a completa implementação do Código Florestal só traz benefícios: “ou seja, a gente garante acesso a mercados, traz produtores para o mercado mais rentável, viabiliza o agronegócio brasileiro criando diferenciais praticamente únicos para o Brasil”. Ele encerrou convocando a todos para trabalharem como agentes de transformação da implementação, para que não seja necessário esperar pelos governos.

Painelistas

Pedro Burnier – Gerente de programa de agropecuária da Amigos da Terra / Amazônia Brasileira (Moderação)

Katiuscia Moreira – Consultora técnica da NWF

Vasco Picchi – Diretor de Novos Negócios da Safe Trace

Jordan Carvalho – Niceplanet Geotecnologia

Tiago Reis – Coordenador da iniciativa Trase



Có Digo FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



COMPROMISSOS PARA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL NO SETOR EMPRESARIAL E FINANCEIRO

São três letras que estão em alta: ESG. Environmental, Social and Governance, ou seja, Ambiente, Social e Governança. Mais do que uma tendência, são indicadores de sustentabilidade que são uma resposta das empresas aos principais desafios contemporâneos – entre eles, a mudança climática. Exigências impostas pelas legislações, como o Código Florestal, e pelos mercados consumidores têm impulsionado mudanças.

Para abordar os “Compromissos para adequação ambiental no setor empresarial e financeiro”, reuniu-se um time de especialistas: Thais Aleluia, analista da AllianceBernstein, Rebeca Lima, diretora executiva da

CDP Latin America e Pedro Burnier, gerente do Programa de Cadeias Agropecuárias da Amigos da Terra. O painel foi mediado por Eugênio Pantoja, diretor de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

“Com esse surgimento de novos arcabouços legais que buscam assegurar uma produção de commodities que atendam aos critérios mínimos de sustentabilidade, a implantação do Código Florestal também se torna ainda mais estratégica para garantir acesso a mercados internacionais”, destacou Pantoja, na abertura do evento.



O papel dos fundos

Diante de um problema global, como é o desmatamento, os fundos internacionais estão trabalhando para criar indústrias sustentáveis. A afirmação é de Thais Aleluia, analista da AllianceBernstein, baseada em Nova Iorque. Segundo ela, reguladores tanto na Europa como nos Estados Unidos estão exigindo, cada vez mais, que os investidores usem uma lente de sustentabilidade quando tomam decisões para investir ou emprestar recursos financeiros para empresas e países.

Nesse sentido, o desmatamento passou a ser incorporado como fator de risco relevante. “Investidores e bancos não estão dispostos a patrocinar, a colocar recursos em companhias que potencialmente possam ter um crescimento menor de receita ou uma trajetória negativa de crescimento porque não agiram rápido o suficiente para endereçar ou resolver uma questão que poderia

ter sido resolvida no curto prazo, como desmatamento”, disse.

Outra tendência decorrente das exigências de práticas ambientalmente responsáveis é que, atualmente, bilhões de reais ou de dólares podem ser criados em valor de mercado se as empresas construírem uma indústria sustentável. Thais citou como exemplo uma inovação recente no mercado de dívida internacional, que são os títulos vinculados à sustentabilidade. “Sozinhos não conseguiremos resolver o problema de desmatamento no Brasil, na América Latina, mas estamos conscientes de que temos um papel importantíssimo, assim como todo o mercado financeiro e bancos locais, além de varejistas, governos e consumidores”, avaliou.



O desafio da rastreabilidade

Há mais de duas décadas atuando para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, a CDP é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que atua como uma espécie de banco de dados ambientais de empresas e cidades. Diretora executiva da CDP Latin America, Rebeca Lima apresentou o trabalho da ONG que envolve 13 mil empresas, sendo cerca de 200 na região latino-americana, um número em significativa expansão (eram somente 11 corporações em 2012).

No questionário sobre florestas realizado pela CDP, por exemplo, costumam ser avaliados mais de 15 indicadores, os quais vão da governança ao engajamento. Rebeca apresentou dados de 2021 sobre rastreabilidade, com um recorte de empresas brasileiras. “Em um cenário onde 80% da perda de florestas e 15% das emissões globais de gases do efeito estufa são atribuídos à produção

de commodities, os sistemas de rastreabilidade permitem acompanhar um produto e seus componentes através de toda a cadeia de fornecimento, da produção à comercialização”, disse.

Das 45 empresas brasileiras entrevistadas, 88% disseram possuir sistemas de rastreabilidade. Contudo, apenas 31% possuíam tais sistemas com critérios de liderança. Quando questionadas sobre o monitoramento de conformidade dos fornecedores em relação ao Código Florestal, 53% (do segmento de commodities) afirmaram avaliar estes indicadores. Rebeca destacou a necessidade de se fortalecer o monitoramento, lembrando que a inação acarreta riscos bilionários para o setor no Brasil, estimados entre 3 e 5 bilhões de dólares, incluindo riscos de imagem e novos mercados.



Tempo de agir

Para Pedro Burnier, gerente do Programa de Cadeias Agropecuárias da Amigos da Terra, há uma leque de pressão por práticas sustentáveis: mercados, investidores, frigoríficos, varejistas, Ministério Público Federal e consumidores. “O futuro sustentável da alimentação no planeta passa pelo enfrentamento das mudanças climáticas e ao combate ao desmatamento ilegal, e a gente está vendo muitas empresas que estão assumindo esse compromisso”, disse.

Com um consumidor cada vez mais exigente com relação a origem dos produtos, a rastreabilidade passa a ser um item bastante valorizado pelo consumidor, conforme Burnier. Nesse sentido, uma boa rastreabilidade e um bom monitoramento na cadeia podem se traduzir em oportunidades. “É questão de você separar o joio do trigo, porque

tem gente fazendo um bom trabalho. Então, a rastreabilidade é fundamental para identificar exatamente quem são os produtores que estão trabalhando certo e como ter um acesso diferenciado aos mercados”, frisou.

Burnier citou uma pesquisa realizada pelo Observatório do Código Florestal, em 2018, que mostrou que seis em cada dez brasileiros estavam dispostos a pagar um pouco mais por produtos que respeitassem o Código Florestal. “Ou seja, é uma tendência. E o consumidor final, na verdade, é o grande impulsor”, avaliou, destacando que as indústrias têm aumentado os seus níveis de controle, mas que ainda existem muitos desafios a serem superados, como, por exemplo, o monitoramento dos fornecedores indiretos.



Um trabalho para muitas mãos

O cumprimento do Código Florestal é um passo fundamental para atender às pressões e demandas por sustentabilidade. Os especialistas concordaram que a implementação da legislação florestal é uma tarefa que envolve muitas mãos. “Não tem bala de prata e a solução não senta em um outro ator específico, mas, sim, em todos trabalhando de maneira coordenada”, afirmou Rebeca. “O cumprimento do Código é muito importante. Estamos monitorando isso de perto. É um trabalho de vários

stakeholders, várias partes que estão convergindo”, completou Thais.

Já Burnier destacou a necessidade de valorizar e estimular as ações do setor privado. “Os governos mudam a toda a hora. Claro, eles têm que desempenhar suas funções, envolvendo CAR, GTA, transparência de dados. Mas a iniciativa privada tem o seu papel e consegue desempenhá-lo”, concluiu.

Painelistas

Eugênio Pantoja - Diretor de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Ipam (Moderação)

Thais Aleluia - Vice-presidente para a América Latina do fundo Alliance Bernstein

Rebeca Lima - Diretora executiva CDP América Latina

Pedro Burnier - Gerente de programa de agropecuária da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira



CC DiGO FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



FLORESTAS: CLIMA, ÁGUA, BIODIVERSIDADE E OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

As sementes foram lançadas e o campo está mais fértil do que outrora. Impulsionados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (os 17 compromissos assumidos pelos países para acabar com a pobreza, lutar contra as desigualdades e combater as mudanças climáticas, com foco em 2030), os negócios de impacto socioambiental estão em alta, e os investidores cada vez mais exigentes. Mercado de carbono, títulos verdes... Não faltam ferramentas para estimular o redirecionamento de rota, rumo a uma economia sustentável.

Coordenadora de Iniciativa no portfólio de Uso da Terra e Sistemas Alimentares, Paula Bernasconi foi quem moderou o painel “Florestas: clima, água, biodiversidade e oportunidade de negócio”. Ela lembrou que, passada uma década, a falta de implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), o

coração do Novo Código Florestal, acabou impactando instrumentos de incentivo, como as cotas de Reserva Legal e os pagamentos por serviços ambientais.

“Neste cenário sombrio, existem luzes que são trazidas por várias iniciativas que algumas instituições estão colocando em prática. Projetos e ações que mostram que o cumprimento do Código Florestal vale a pena e, longe de ser um problema, além de trazer benefícios sociais e ambientais, também pode ser uma grande oportunidade de negócio”, declarou. Também participaram do debate Tatiana Cneio Alves, diretora de Finanças Sustentáveis na The Palladium e gestora do Selva Founding, Pedro Moura Costa, co-fundador e presidente do conselho da BVRio, e Valmir Ortega, geógrafo e diretor-executivo da Belterra.



Desmatamento: um agravante do risco de crédito

A falta de regularização fundiária no país limita o desenvolvimento agropecuário brasileiro e impacta na análise de risco das instituições financeiras, afetando o desenvolvimento sustentável da região. A avaliação é de Tatiana Cneio Alves, diretora de Finanças Sustentáveis na The Palladium, uma consultoria de impacto internacional, com 55 anos de experiência e atuação em mais de 90 países. Este “ciclo perverso” tem, segundo ela, como principais causas a legislação que incentiva a apropriação privada de terras públicas, bases de dados desorganizadas, baixa transparência e desacordos entre órgãos estaduais e federais.

O resultado? Profunda concentração de terras, grilagem descontrolada, conflitos fundiários, especulação imobiliária e insegurança jurídica são alguns exemplos das consequências imediatas. “Ao mesmo tempo em que possibilita e estimula a grilagem, a ineficiência na administração fundiária alimenta o ciclo do desmatamento. Isso porque o menor acesso a crédito significa baixa produtividade e, consequentemente, desmatamento”, sintetizou Tatiana, que

também é gestora do Selva Founding. Ou seja: as principais causas que reduzem o acesso ao crédito são reforçadas pelas consequências geradas, criando um círculo vicioso negativo.

Depois de detalhar as etapas do processo de tomada de crédito, Tatiana falou sobre a importância da assistência técnica quando se trata do uso da terra e adequação ao Código Florestal. “A disponibilidade de crédito, juntamente com uma assistência técnica voltada para as principais barreiras encontradas pelos proprietários, é uma possível solução para dar escala aos financiamentos”, afirmou, chamando a atenção para a necessidade de se ter uma estrutura de assistência técnica específica para cada região. “No final das contas, acho que o que a gente tem que fazer é isso: ajudar nessa fase de transição. Está havendo uma mudança cada vez maior de mentalidade no Brasil para que as instituições financeiras olhem para a questão do uso da terra.”



Tirar as leis ambientais do papel

O Novo Código Florestal e a BVRio - Bolsa Verde do Rio de Janeiro nasceram praticamente juntos, com alguns meses de diferença. Talvez isso explique a afinidade entre ambos. A Lei 12.651/2012, aliás, marcou a estreia da organização que promove o uso de mecanismos de mercado para facilitar o cumprimento de leis ambientais e apoiar a economia verde no país. “O Código Florestal é uma lei com potencial transformacional incrível para o setor rural, criando emprego, gerando mais sustentabilidade, atraindo mais investimento, vendendo serviços ambientais, melhorando a agricultura”, disse Pedro Moura Costa, co-fundador e presidente do conselho da BVRio.

Entretanto, a falta de vontade política para a implementação da lei coloca em xeque mecanismos que poderiam criar um mercado com potencial bilionário, conforme Costa. É o caso da chamada Cota de Reserva Ambiental, que, se regulamentada, permitiria a venda do excedente de floresta de uma propriedade para outra, em busca de adequação. “Se todos os proprietários

rurais estivessem engajados em comprar e vender cotas, teríamos um mercado de dezenas de bilhões de reais por ano”, disse, lembrando que foi a frustração diante de situações como esta que levou a BVRio procurar outras possibilidades de financiamento.

Entre tais alternativas que surgiram, está o Programa SIMFlor, lançado em 2022, numa parceria da BVRio com a Sustainable Investment Management (SIM) e a ecosecurites. Para promover a implementação do Código Florestal, a iniciativa dispõe de R\$ 1 bilhão de reais para a aquisição de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) e remuneração dos serviços ambientais. “Se o Código Florestal fosse implementado na sua plenitude, isso resultaria no sequestro ou manutenção de estoques de carbono na ordem de 100 bilhões de toneladas de CO₂ que seriam estocadas nessas áreas. Isso é um volume muito grande, o equivalente a 50 anos de emissões do setor industrial europeu”, comparou.



O negócio da restauração

Auxiliar na regeneração dos mais de 70 milhões de hectares de solos degradados no Brasil, criando arranjos e modelos de negócios que possam acelerar o processo de restauração, é a missão da Belterra Agroflorestas. “Foi olhando para esse desafio de como criar meios de fazer, de como apoiar os agricultores, de como acelerar o engajamento da restauração florestal que a gente criou a Belterra”, contou Valmir Ortega, geógrafo e diretor-executivo da empresa.

Presente em cinco estados e três biomas distintos, a Belterra, por meio de contratos de parceria, integração ou arrendamento, já implantou florestas produtivas em mais de 2,2 mil hectares, e a meta é chegar a 40 mil até 2030. O próximo passo será o desenvolvimento de uma plataforma de restauração que alcance centenas de milhares de

hectares. “Para que, assim, junto com outras iniciativas, a gente crie oportunidades, coloque a agropecuária no outro patamar de sustentabilidade no Brasil e posicione o país, de fato, com um player relevante para a economia verde”, destacou.

Ortega, que trabalhou por mais de uma década em governos, comentou que um dos fatores que o motivaram a agir foi perceber que havia poucos negócios escalonáveis, o que coloca em risco o cumprimento da meta brasileira no Acordo de Paris, de restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Segundo ele, para engajar o produtor rural é crucial que a recuperação de passivos seja vista como uma oportunidade que, entre tantos benefícios, se traduzirá em produtividade.



Tempo de florescer

Não há dúvidas de que, apesar dos números alarmantes no desmatamento nos últimos anos, sopram ventos favoráveis. Esta é a conclusão dos participantes do painel organizado pelo Observatório do Código Florestal. "Estamos caminhando para um cenário onde o financiamento de coisas complexas como a conservação florestal e o uso sustentável do solo vai se tornar mais factível, escalável e acessível para aqueles que mais precisam", projetou Pedro Moura Costa, da BVRio.

Tatiana Cneio Alves, diretora de Finanças Sustentáveis na The Palladium, disse concordar com esta visão: "Estamos vendo esse apetite maior para entender os gargalos que existem e formas de superá-los para que os recursos cheguem na ponta", acrescentou. Valmir Ortega, da Belterra, também compartilha de um certo otimismo. "Portanto, acho que o nosso desafio é olhar para o futuro, é capturar as oportunidades que esse futuro nos indica na economia florestal. É um momento propício para que emergjam novas iniciativas", disse.

Painelistas

Paula Bernasconi – Coordenadora de iniciativa no portfólio de Uso da Terra e Sistemas Alimentares / ICS (Moderadora)

Tatiana Cneio Alves – Diretora de Finanças Sustentáveis na Palladium e gestora / Selva Fund

Valmir Ortega - Geógrafo e Sócio / Belterra Agroflorestas

Pedro Moura Costa – Presidente do Conselho / BVRio



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=8qkifvMsS8E>

**CC
DIGO
FLORESTAL
+10**

DAS RAÍZES AO LEGADO



CÓDIGO FLORESTAL E LEGALIDADE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

De um lado, ações de inconstitucionalidade, leituras divergentes, conflitos entre legislações. Do outro, morosidade nas análises, validações e adesões aos programas de regularização. O Observatório do Código Florestal (OCF) reuniu um time de especialistas na área do direito ambiental para tratar dos desafios enfrentados cotidianamente por órgãos como o Ministério Público para garantir o direito fundamental ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado.

No painel intitulado “Código Florestal e legalidade da atividade agrícola”, moderado por Raul Valle, WWF Brasil, participaram Fábio Fernandes Corrêa, promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia, Ricardo Negrini, procurador da República no Pará, e Gabriel Lino Pires, promotor de Justiça do Estado de São Paulo.



Prazo (e não prazos) para restaurar

Manutenção do clima e da biodiversidade, retenção do carbono, conservação do solo... É extensa a lista dos benefícios ambientais - sem falar nos econômicos - da preservação da Reserva Legal. Esta área localizada no interior das propriedades, de acordo com o Código Florestal, tem “a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa”.

Além da definição, a legislação ambiental também estabeleceu o prazo para a sua recomposição, o que tem gerado interpretações errôneas, segundo Fábio Fernandes Corrêa, promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia. Gerente do programa Floresta Legal, ele esclarece: os 20 anos citados pela lei começaram a contar a partir de 2012, o ano da promulgação do Novo Código Florestal, que diz que a recomposição

da reserva legal “deverá atender os critérios estipulados pelo órgão competente do Sisnama e ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação”.

Corrêa realizou um estudo sobre o prazo da recomposição da RL para o seu mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais, pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Uma das conclusões foi que 71% dos imóveis analisados pelos órgãos ambientais apresentavam cronograma para além de 2032, sendo que, na maioria dos casos, a contagem havia começado a partir da inscrição no CAR. “É importante que os gestores dos Cadastros Ambientais Rurais, tenham mecanismos para coibir essa prática, para que os imóveis, na verdade, tragam o cronograma de recuperação das suas reservas legais até 2032”, destacou.



Entraves para a eficiência

A concepção do Novo Código Florestal, de 2012, foi, de certo modo, uma reação política a uma atuação mais forte do Ministério Público na implementação das normas da versão anterior da lei, de 1965. A observação foi feita por Gabriel Lino Pires, promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Há 10 anos atuando no Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), do MPSP, ele lembrou que a causa florestal vem sendo objeto de preocupação do órgão há bastante tempo. “Se antes se discutia que o que estava previsto na lei não era suficiente, agora nós temos algo mais grave, que é nem o que está na lei não conseguimos implementar”, disse ele, que detalhou alguns dos entraves para a efetivação da lei em São Paulo.

Carência de estrutura e ineficiência na gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que passou da Secretaria do Meio Ambiente para a de Agricultura, foram alguns dos gargalos apontados pelo promotor. Para Pires, é inaceitável que, há anos, as pessoas estejam

se inscrevendo no CAR, mas que tais inscrições acabam por não ser analisadas e validadas. “Desenvolvimento econômico é crescimento com paralela garantia de direitos, proteção dos direitos fundamentais, inclusive de um ambiente equilibrado. Então, esperamos que São Paulo logo demonstre algo compatível com essa sua condição de Estado desenvolvido”, disse.

Extremamente relevantes para a economia do país, o setor agropecuário também possui um peso político significativo, o que, segundo Pires, acaba muitas vezes se traduzindo em lobby para flexibilizar e enfraquecer as normas protetivas. “Do outro lado, aqueles que militam na aplicação da lei. Nós, do Ministério Público, temos o dever de buscar a implementação efetiva das leis. Então, buscamos mudar um pouco a realidade para que ela se aproxime das disposições legais”, afirmou. “É nosso trabalho lutar sempre, sem esmorecer”, finalizou.



Benefícios econômicos e ambientais

Desenvolvimento e preservação caminham lado a lado, e não em direções opostas, no entendimento de Ricardo Negrini, procurador da República no Pará. Esta falsa dicotomia com a qual o Ministério Público se depara diariamente, segundo ele, está na raiz de várias políticas públicas brasileiras. Com o Código Florestal não foi diferente, e essa má interpretação leva a dificuldades no cumprimento da legislação. “Essa lei de 2012 é fundamental para a proteção da vegetação nativa e possui uma série de normas que, se fossem hoje completamente observadas, a gente já teria uma situação muito melhor. Falo principalmente pelo que vejo na Amazônia, nós estamos num bioma bastante sensível”, disse.

Conforme Negrini, a pressão do Ministério Público e de outros parceiros contribuiu para acelerar a inscrição de propriedades no Cadastro Ambiental Rural, que já ultrapassa os 250 mil imóveis. Além disso, nos últimos anos, a análise automatizada, com o auxílio de ferramentas tecnológicas, também possibilitou um avanço na validação. Contudo, os desafios agora

concentram-se na adesão ao Programa de Regularização Ambiental. “Estamos buscando soluções para que a gente possa destravar a regularização ambiental, que passa pela validação do Cadastro Ambiental Rural. Acredito que, com isso, será possível promover uma recuperação dessas áreas degradadas e, consequentemente, a gente vai ter condições de contribuir junto com demais órgãos ambientais para alguma melhora nesse cenário”, declarou.

Segundo o procurador, o Ministério Público Federal tem atuado para permitir que os produtores rurais possam voltar a comercializar com os frigoríficos que assinaram os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) da Carne, acordos firmados desde 2009 para tentar evitar a compra de gado de fazendas com desmatamento, entre outras irregularidades. Nesse sentido, o órgão tem aceitado determinadas demonstrações de empenho ambiental por parte do produtor rural, como cercar a área do desmatamento ou realizar o pagamento de indenização.



Caminhos para a implementação

No encerramento do painel, o promotor Fábio Fernandes Corrêa lembrou que 90% do território brasileiro está na mão de 10% dos proprietários rurais. Por isso, para a efetiva implementação do Código Florestal, é preciso investir nos Programas de Regularização Ambiental (PRAs), que devem ser claros e oferecer segurança jurídica para adequação. A assistência técnica é outro ponto importante, segundo ele. “A recuperação não é barata, leva tempo, mas, se não tiver a devida assistência técnica, ela, de fato, vai demorar muito mais para acontecer”, disse.

Já o promotor Gabriel Lino Pires concordou com a urgência da efetiva implementação da lei, ao invés de multas: “Até porque, se você responsabiliza o Estado, quem vai pagar novamente a

conta é o contribuinte. Porque o Estado nada mais é do que a união dos nossos esforços. Então, a sociedade perde com o dano ambiental e é ela que tem que pagar de novo por uma indenização”.

O procurador da República Ricardo Negrini finalizou chamando a atenção para a importância das cadeias econômicas. “Acredito que diante das dificuldades todas e sem desistir de lutar para que o Estado se estruture e cumpra o seu papel, a gente olha cada vez mais para a força que tem o próprio mercado”, disse, destacando que as empresas estão empenhadas em rever suas condutas, num momento de maior conscientização por parte do consumidor.

Painelistas

Raul Telles - Coordenador de incidência política / WWF Brasil (Moderador)

Fábio Corrêa - Promotor de Justiça / Ministério Público do Estado da Bahia

Ricardo Negrini - Procurador da República / Pará

Gabriel Lino Pires - Promotor de Justiça / Estado de São Paulo



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=OmU1Vd5Vf98>

A photograph of a person using a chainsaw to cut a large tree trunk in a forest. The person's arm and the chainsaw are visible on the right side of the frame. The tree trunk is in the foreground, and the background is filled with dense green foliage. The text 'CC Dig Florestal +10' is overlaid in white, stylized font. The word 'FLORESTAL' is written in a smaller, sans-serif font between 'Dig' and '+10'.

CC Dig FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



MUDANÇA DO CLIMA, DESMATAMENTO E RESTAURAÇÃO DAS FLORESTAS

Não foi por falta de aviso sobre a importância da prevenção: a doença se instalou e o planeta sucumbiu. Febre alta, calafrios, delírios. Sintomas típicos de uma virose pandêmica – uma consequência, aliás, do ritmo acelerado da devastação global dos ecossistemas nas últimas décadas, como alertavam os cientistas. Mas... e agora? Existe algo que ainda pode ser feito para reverter ou, ao menos, evitar a piora do quadro?

Com a população mundial atingindo a marca de 8 bilhões de pessoas, num cenário marcado por guerras, pandemia e catástrofes ambientais, a hora de agir é agora, e é crucial que haja cooperação entre os mais diversos setores: da academia às organizações ambientais, passando pelo poder público e produtores rurais. Esta foi uma das conclusões dos participantes da mesa de debates “Mudança do clima, desmatamento e

restauração das florestas”, que contou com a participação de Rubens Benini, da The Nature Conservancy, Fernanda Rodrigues, secretária-executiva do Diálogo Florestal no Brasil, Nabil Kadri, chefe do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia do BNDES, e

Diretor de sustentabilidade da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá), Gustavo Malacco, foi quem mediou o debate. Segundo ele, o recorde nas taxas de desmatamento no país reforça a importância do Código Florestal. “Por isso, fica cada vez mais evidente a necessidade e a urgência do envolvimento da sociedade, uma força-tarefa justamente para a implementação dessa política pública que é muito importante para o controle do desmatamento e para a preservação das nossas florestas.”



“A regeneração do planeta está em nossas mãos”

“É melhor prevenir do que remediar”, já dizia o ditado popular. No entanto, falhamos na prevenção, colocando o mundo à beira de desastrosos pontos de inflexão climática. A avaliação é do engenheiro florestal Rubens Benini, que entende a restauração como remédio para o “paciente” planeta. Líder da Estratégia de Florestas e Restauração Florestal na América Latina na The Nature Conservancy, ele lembra que 2020 foi o ano mais quente da história, e que os últimos sete anos também registraram as temperaturas mais altas, numa série iniciada em 1850.

Apesar do consenso científico sobre o aquecimento global, há uma parcela de negacionistas climáticos, prejudicando o tratamento. Conforme Benini, é urgente atuar nas causas dessa doença planetária, com ações para combater as mudanças climáticas (eliminar a febre), conservar e recuperar habitats naturais (curar as feridas), garantir acesso à água

e alimento de qualidade (hidratar e alimentar), atender demanda por trabalho e diminuir êxodo rural (que também geram lesões).

“A restauração é isso: curar as feridas abertas. A gente sabe que as florestas são fonte de comida, fibra, energia, biodiversidade, empregos rurais, resiliência climática, segurança hídrica”, diz. Contudo, escala e velocidade são apontados como dois desafios para a restauração. Nesse sentido, os produtores rurais são uma peça-chave e o seu envolvimento pode passar por estratégias que envolvem, por exemplo, fiscalização, pagamento por serviços ambientais e crédito atrelados ao cumprimento do Código Florestal. “As florestas são a maneira original e mais natural de reequilibrar o ciclo de carbono na terra, diminuindo essa febre. (...) A regeneração do planeta está em nossas mãos”, conclui.



Restauração na prática

Ato ou efeito de restaurar, reparo de coisa que se encontra danificada ou em mau estado, restabelecimento do vigor após período de estresse ou doença. São algumas das definições para a palavra restauração que se encontram nos dicionários. Da teoria para a prática, são inúmeros os desafios, mas as conexões entre sociedade civil, poder público e empresariado podem auxiliar. “Os benefícios vão além do ambiental. A gente está falando em benefícios sociais diretos, em econômicos. Então, toda a cadeia de restauração é muito importante”, afirma a engenheira florestal Fernanda Rodrigues.

Secretária-executiva do Diálogo Florestal no Brasil, ela apresentou algumas experiências de coletivos, demonstrando a restauração na prática, em diferentes biomas e territórios. Antes de citar os casos, lembrou que o Diálogo Florestal – que hoje conta com cerca de 200 organizações participantes – é uma iniciativa pioneira e independente, criada em 2005, justamente para facilitar a interação entre empresas florestais, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa.

Foram cinco os casos de sucesso apresentados por Fernanda, os quais mostraram desafios para ganhar escala na restauração florestal e o papel da sociedade civil. As iniciativas eram as seguintes: avanços na recuperação da caatinga, numa ação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, que restaurou 770 hectares entre 2017 e 2021; restauração de 320 hectares de APPs em sete municípios do Planalto Norte e 28 do Alto Vale do Itajaí, um trabalho desenvolvido pela Apremavi; a rede de sementes do Xingu, que engloba mais de 560 coletores de sementes (mulheres e indígenas, em sua maioria); o programa Replantando Vida, da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro, que inclui presidiários para fazer restauração em bacia que abastece mais de 2,5 milhões de pessoas; e o programa Reflorestar, do Espírito Santo, um modelo de gestão de qualidade que conseguiu escalar trabalhos.

“São iniciativas de múltiplas partes interessadas, e os coletivos têm contribuído imensamente para dar escala, para que se possa cumprir Código Florestal e, com isso, restaurar passivos em APPs e RL, e avançar para restauração de áreas degradadas”



Políticas públicas em foco

Se a restauração florestal é um dos remédios para a doença do planeta, políticas públicas ambientais são como as farmácias ou a rede hospitalar. Sem elas, o tratamento é ineficaz. Chefe do Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nabil Kadri destacou, em sua fala, a importância dos investimentos e políticas públicas para viabilizar a conservação e restauração dos ecossistemas.

Além de ter sido, há mais de 30 anos, um dos primeiros bancos a criar uma unidade de meio ambiente, o BNDES ajudou a escrever um dos capítulos da implementação do Código Florestal. Conforme Kadri, nas últimas décadas o banco apoiou 29 projetos vinculados

à restauração florestal, que mobilizaram quase R\$ 300 milhões. Entre eles, dois mencionados anteriormente como casos de sucesso pela secretária-executiva do Diálogo Florestal no Brasil, Fernanda Rodrigues, os da Apremavi e da rede de sementes do Xingu.

Por fim, Kadri ressaltou que qualquer plano de desenvolvimento nacional que olhe para a próxima década não pode deixar de ter a agenda florestal e da biodiversidade como ponto central. Ele defendeu ainda a necessidade de se aliar as agendas da expansão da restauração com a da redução das desigualdades, com a melhoria na transferência de recursos e geração de renda para quem está na ponta.



Lições do Cerrado

Conhecido como berço dos grandes rios brasileiros, o Cerrado é o segundo maior bioma do país, cobrindo cerca de um quarto do território nacional. Nos 2 milhões de hectares quadrados, estão 5% de toda a diversidade do planeta. Para falar sobre as peculiaridades do bioma, o Observatório do Código Florestal (OCF) convidou o biólogo Maximiller Cardoso Ferreira, doutorando e mestre em ecologia pela Universidade de Brasília (UnB), que abordou o papel da restauração do Cerrado na provisão dos serviços ecossistêmicos, seus desafios e oportunidades.

Dominado por savana, mas com florestas, o Cerrado compartilha de uma característica típica da própria população brasileira: a capacidade de resiliência. Conforme Ferreira, uma das marcas específicas do bioma é a capacidade de rebrota: as plantas ficam regenerando por décadas no solo. Contudo, o uso de terra muito tecnificado, como agricultura, destrói esta capacidade de regeneração natural, já com a pecuária acontece o contrário. Áreas de

pastagem com baixa lotação podem auxiliar, pois o gado controla capim que compete com as árvores, além de servir de combustível para os incêndios.

Diante das particularidades do bioma, é preciso lembrar que florestar é diferente de reflorestar. Segundo Ferreira, as iniciativas que buscam restaurar devem levar em conta a vegetação original no local. “O florestamento de ecossistemas não florestais tem levado ao colapso hídrico mundo afora”, destacou, acrescentando que o Cerrado também é um importante sumidouro de carbono. “Mas a nossa visão tem que se inverter. Enquanto nas florestas a biomassa se acumula acima do solo, no Cerrado isso acontece principalmente abaixo do solo, pelos sistemas radiculares das árvores e arbustos e também dos capins. No Cerrado, a gente tem que pensar em estocar carbono abaixo da terra.”



Painelistas

Gustavo Malaco – Presidente / Angá (Moderador)

Rubens Benini – Líder da Estratégia de Floresta e Restauração
Florestal na América Latina / The Nature Conservancy

Fernanda Rodrigues - Secretária executiva / Diálogo Florestal no Brasil

Maxmiller Cardoso Ferreira – Doutorando na Universidade de Brasília
/ Caminhos da semente e mestre em ecologia

Nabil Kadri – Chefe do Departamento de Meio Ambiente / BNDES



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=Lqnwz-q2CEY>

CC
DiG
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



O CÓDIGO FLORESTAL COMO SOLUÇÃO PARA CRISE DO CLIMA E DA BIODIVERSIDADE

Desmatamento recorde, perda de biodiversidade, poluição dos mares e oceanos em níveis nunca antes registrados. A ciência não tem dúvida: caminhamos, enquanto humanidade, rumo ao abismo. As crises – políticas, econômicas, ambientais, humanitárias – se entrelaçam e se retroalimentam, agravando as desigualdades sociais. “Não há um planeta B”, dizem os cartazes empunhados por ativistas mundo afora. Afinal, nessa corrida contra o relógio, cada dia que passa é uma oportunidade desperdiçada: a mudança é para ontem.

Apesar do cenário crítico, o verde remanescente das matas brasileiras simboliza, literalmente, a esperança para o mundo. Essa chama, porém, não pode se apagar. Ao promover a conservação e restauração da vegetação nativa, o Novo Código Florestal, promulgado há 10 anos, pode ser um aliado de primeira

ordem no combate às mudanças climáticas. Mas antes é preciso que a legislação saia, de fato, do papel. Reunidos para falar sobre a primeira década do Código Florestal, quatro especialistas são unânimes ao afirmar que o Brasil, que detém 20% da biodiversidade mundial, tem potencial para liderar o movimento global de preservação ambiental.

O painel “O Código Florestal como solução para crise do clima e da biodiversidade” foi mediado por Rafael Loyola, diretor executivo do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS). Participaram do debate Matheus Couto, do Centro de Monitoramento da Conservação Mundial (WCMC), Aliny Pires, professora da UERJ e pesquisadora, Mercedes Bustamante, professora da UnB, e Wigold Schaffer, ambientalista, fundador da Apremavi.



Tempo de renascer das cinzas

Com os níveis recordes de desmatamento na Amazônia em 2022, é mais do que chegada a hora de se renascer das cinzas. O quadro de degradação ambiental global, com declínio drástico da biodiversidade, levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar 2021-2030 como a Década de Restauração dos Ecossistemas. Matheus Couto, oficial de programa do Centro de Monitoramento da Conservação Mundial (WCMC), um órgão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), recorda que o Brasil tem a maior rede de áreas protegidas do mundo. E que, junto com essa riqueza, vem a responsabilidade de preservar, uma tarefa, porém, que se estende a todos os países. A meta da ONU é restaurar um bilhão de hectares em 10 anos.

Conforme Couto, cada dólar investido em restauração pode criar até 30 dólares em benefícios econômicos. Mas ele pondera que restaurar custa caro, e que esta é uma conta que não fecha. "O

Brasil está perdendo mais de um milhão de hectares por ano. Não adianta falar em restaurar, trocar um milhão de hectares de ecossistema maduro por um milhão de hectares restaurados. Não tem o mesmo valor", diz. Por isso, antes do tratamento, a prevenção. É nesse sentido que o esforço para implementar o Código Florestal tende a ser mais frutífero. Uma projeção do WCMC, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indica que a implementação da legislação florestal evitaria a perda de 53 milhões de hectares de vegetação nativa até 2050.

Até lá, segue em ascensão o custo de inação. "A gente tem que levar em consideração quanto custa não fazer nada. Pelos dados científicos que a gente tem visto, custa muito. Então, implementar o Código Florestal é extremamente importante para essas convenções internacionais, que é o foco do nosso trabalho na ONU", relata.



Das crises surgem as oportunidades

O ritmo de vida nos grandes centros urbanos pode até ter nos afastado da natureza, mas não alterou a nossa relação de dependência dos recursos naturais. Da oferta de alimentos e água potável à qualidade do ar, passando pela regulação de secas e inundações. São exemplos dos serviços ecossistêmicos, ou seja, dos benefícios que os seres humanos obtêm dos ecossistemas. Em 1997, estudos estimaram o valor de tais serviços em 33 trilhões de dólares, uma cifra que saltou para 121 trilhões de dólares em 2011. Quem apresenta os dados é Aliny Pires, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).

“Estamos falando de uma conta que a gente não conseguiria pagar mesmo se a gente quisesse pagar. Isso mostra o valor da biodiversidade em si, e esse aumento tem a ver com o quanto a gente tem degradado e o crescimento da população”, explica Aliny, que também é coordenadora-executiva da Plataforma

Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. Conforme a pesquisadora, o Brasil tem potencial de incorporar a biodiversidade a um modelo de desenvolvimento, e o conceito de serviços ecossistêmicos pode ser um grande colaborador nesta tarefa.

Desenvolvimento social e econômico, redução da pobreza e desigualdade, geração de emprego e renda, valorização dos produtos nacionais e liderança ambiental global. São exemplos de oportunidades para o país que poderiam ser geradas se a sua biodiversidade fosse encarada como um ativo. Por isso, na visão da professora, ao promover a conservação e a restauração, o Código Florestal auxilia na manutenção e recuperação da capacidade que a natureza tem de oferecer bem-estar para as pessoas. “A mudança, no final das contas, é para ontem, porque quanto mais o tempo passa mais possibilidades de caminhos seguros para a nossa sociedade a gente vai perdendo”, conclui.



“O Brasil deve contribuir com metas mais ambiciosas”

Assinado em 2015, o Acordo de Paris tem como meta manter o aumento da temperatura média mundial bem abaixo dos 2 °C e buscar esforços para limitar tal aumento a 1,5 °C. Contudo, o cumprimento deste objetivo parece estar cada vez mais distante. E os fenômenos meteorológicos extremos, como furacões, chuvas torrenciais e ondas de calor, efeitos colaterais das mudanças climáticas, são cada vez mais frequentes.

Professora da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Academia Brasileira de Ciências, Mercedes Bustamante destaca que, considerando os compromissos atuais de mitigação, as projeções indicam um aumento de 2,9° na temperatura média em 2100. “A mensagem clara é: todos os governos devem adotar metas mais fortes para 2030”, diz ela, acrescentando que “o Brasil deve contribuir com metas mais ambiciosas”. Em 2021, o país não só foi o que mais perdeu florestas tropicais como também revisou sua meta no Acordo de Paris, numa ação bastante criticada e classificada como “pedalada ambiental”.

Conforme Mercedes, ao Brasil – situado numa região que responde por 11% das emissões globais dos gases de efeito estufa – cabe retomar medidas de controle do desmatamento, coibir atividades ilegais, reforçar instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de incentivar restaurações dos passivos ambientais e práticas e negócios sustentáveis. “O Brasil tem significativos ativos ambientais, globalmente relevantes, e que podem ser oportunidade de uma nova agenda de desenvolvimento”, avalia.

Ainda de acordo com a professora, 70% das emissões brasileiras estão associadas à agricultura e ao desmatamento, o que é uma faca de dois gumes: “Essa convergência de desmatamento e agricultura, mudança de clima, tem impacto negativo sobre a própria agricultura, uma vez que ela é atividade que mais demanda regularidade climática. Ou seja, trabalhar o desmatamento é para o benefício da própria atividade agrícola.”



O Código como barreira

Das enchentes em Santa Catarina, em 2008, às cheias no Amazonas, em 2022. Na avaliação do ambientalista Wigold Schaffer, os maiores desastres socioambientais no país, que ceifaram a vida de centenas de pessoas, têm um ponto em comum: normalmente, as comunidades afetadas, seja na área urbana ou rural, situavam-se em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Fundador da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), ele reforça que tais localizações equivalem a áreas de risco, e que, quando chove, o rio sobe e a montanha desce.

Se implementado, o Código Florestal pode servir como uma importante ferramenta para evitar catástrofes, lembra Schaffer. Além, é claro, de ajudar

a resolver uma série de questões relacionadas a recursos hídricos, perda/manutenção de biodiversidade e mitigação das mudanças climáticas. “Os afetados, muitos deles, estão lá porque a sociedade e o seu modelo de desenvolvimento os empurra para lá, não dando alternativa. Mas outros estão lá, muitas vezes, incentivados por políticos, por órgãos públicos que não fiscalizam.”

Schaffer, ao longo dos anos, acomodou raízes na terra e viu de perto a transformação de áreas desoladas. Por esta razão, apesar dos prognósticos alarmantes sobre o futuro do Planeta, ele se diz otimista, além de acreditar que, num país com de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão, existe lugar para tudo e todos.

Painelistas

Rafael Loyola – Diretor executivo do Instituto Internacional para Sustentabilidade (Moderador)

Matheus Couto – PNUMA WCMC

Aliny Pires – Professora / UERJ

Wigold Schaffer – Co-fundador e conselheiro / Apremavi

Mercedes Bustamante – Professora / UNB



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=Wbma9t5VXwo>

**CC
DIGO
FLORESTAL
+10**

DAS RAÍZES AO LEGADO



CÓDIGO FLORESTAL EM CAMPO

Todas as peças do quebra-cabeça estão dispostas na mesa, mas falta conexão entre as partes, um trabalho de integração. No caso do “puzzle” do Novo Código Florestal, um dos principais problemas é a ausência de vontade política. Isso porque, no entendimento dos especialistas que participaram do painel “Código Florestal em Campo”, há tecnologia e soluções disponíveis, bem como todo o aparato legal necessário. Diretor-executivo da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Mauro Armelin foi quem intermediou o painel, e endossou o coro dos debatedores. “Nós temos um problema político: técnica nós temos, as condições legais nós temos e agora precisamos da decisão política”, disse.

A necessidade de se investir em governança de terras e em sistemas agroflorestais foi um dos pontos destacados pelos painelistas. Participaram do debate Bastiaan Philip Reydon, economista e consultor do Kadaster Internacional nos Países Baixos, Henrique Marques, oficial de Programa no Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (World Agroforestry - ICRAF) no Brasil, Rodolpho Zahluth Bastos, secretário-adjunto de Gestão e Regularização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará, e Pedro Amaral, gerente de Sustentabilidade da Mars Petcare.



Governança como prioridade

Um dos países com a maior concentração fundiária do mundo, o Brasil não irá solucionar o problema do desmatamento sem implementar uma boa governança de terras. A constatação é de Bastiaan Philip Reydon, economista, consultor e professor aposentado da Unicamp. Ele, que atualmente presta serviços para o Kadaster Internacional nos Países Baixos, lembrou que o desmatamento é fruto de processo de especulação fundiária e que normalmente ocorre em terras devolutas ou não destinadas - o que, no caso brasileiro, corresponde a uma área de 200 milhões de hectares. “E a pecuária é uma forma de se apossar dessas terras”, disse, acrescentando que o país possui uma situação fundiária complexa, marcada pela expansão agrícola desordenada, pressão sobre a floresta, corrupção/grilagem e conflitos pela terra.

Conforme o especialista, a indefinição dos direitos de propriedade no Brasil gera tais problemas. Por isso, a governança - o conjunto de regras, processo, e organizações pelas quais se determina o uso e acesso à Terra no país - é fundamental. “Com base nisso (no como, o quê, quem, quando e onde), a gente pode estabelecer os direitos e as restrições, as responsabilidades. Porque a terra não é só um direito. A terra estabelece uma responsabilidade também”, afirmou. Entre os benefícios da governança, estão a transparência na gestão territorial e garantias aos direitos em geral, combate à pobreza, segurança nos direitos associados à posse da terra, direitos de propriedades transparentes e identificação de propriedades. Reydon citou uma série de exemplos positivos, inclusive no Brasil, e concluiu: “não é um problema técnico, é um problema político”.



Agroflorestas e compromissos climáticos

Os sistemas agroflorestais (SAFs) ou agroflorestas, que associam árvores a culturas agrícolas, têm um potencial enorme de auxiliar o país no cumprimento dos compromissos climáticos e também na transição para uma economia de baixo carbono. Mas o caminho até lá é sinuoso. Oficial de Programa no Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (World Agroforestry - ICRAF) no Brasil, Henrique Marques também endossou o coro dos que lamentam a falta de vontade política para apostar nas soluções. “É preciso estruturar, investir e não vai ser do dia para a noite. Temos muitos instrumentos, falta vontade política. Os desafios são enormes e as soluções estão aí”, disse.

Marques explicou que existem vários modelos de SAFs e que cada família possui sua estratégia. Quanto aos benefícios, a lista é extensa: vão desde os aspectos econômicos para os produtores até as vantagens ambientais, relacionados à melhora da qualidade da água e solo, entre outros. O Código Florestal permite a exploração agroflorestal em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL). Contudo, segundo Marques, a falta de regulamentação e detalhamento sobre o que pode ser feito nestes locais gera uma insegurança, tanto nos produtores como nos técnicos e fiscais. Para dar escala e avançar, ele apontou a necessidade de se estabelecer fóruns de debates, programas de assistência técnica e facilitação de acesso ao crédito rural.



Um trabalho para muitas mãos

Nos últimos anos, o Pará tem se esforçado para sair da lista de estados que mais desmatam a Amazônia Legal, um ranking que costuma liderar. Com a decisão política reconhecendo a urgência de se implementar o Novo Código Florestal, os resultados começam a aparecer, como as sequências de recordes de análises de Cadastros Ambientais Rurais (CARs). Os avanços na validação desses dados, a partir da estratégia de municipalização, é uma das metas do Programa Regulariza Pará, que compõe o Plano Estadual Amazônia Agora, instituído por um decreto estadual em 2020. Secretário-adjunto de Gestão e Regularização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará, Rodolpho Zahluth Bastos apresentou detalhes do programa.

De acordo com o secretário, foram feitos investimentos e capacitações, assim como a integração da agenda de projetos para incremento da análise do CAR. “A gente percebe que o desafio de implementação do Código Florestal, por exemplo, não é um desafio exclusivo de um órgão ambiental. Ele é uma agenda que, para ser implementada precisa ter um envolvimento de vários órgãos”, disse. Bastos recordou que, na primeira década do Novo Código, despendeu-se muito tempo no desenvolvimento do sistema e nas questões relacionadas ao prazo de inscrição no CAR. “A segunda fase, da análise, é bem mais recente”, ponderou.



Um código-âncora

Para empresas engajadas e com responsabilidade socioambiental, o Código Florestal serve como âncora dos compromissos assumidos diante de um público cada vez mais exigente. É o caso da Mars Petcare, uma companhia familiar que está há mais de 40 anos no Brasil, onde possui quatro fábricas. Gerente de Sustentabilidade da empresa, o engenheiro agrônomo Pedro Amaral destacou que a legislação é um elemento-chave no compromisso da Mars com o desmatamento e emissões líquidas zero até 2050. “Por conta do Cadastro Ambiental Rural (CAR), é possível que os nossos fornecedores verifiquem, a nível da fazenda, elementos que são caros para a Mars e que fazem parte também do nosso compromisso público de compra relacionados, por exemplo, à sobreposição com Unidades

de Conservação ou com terras indígenas”, disse.

Embora não se trate de um sistema perfeito, devido à falta de análise e validação dos cadastros, o CAR está avançando e é uma base de dados sem igual, segundo Amaral. E tal fato merece ser celebrado. De acordo com o agrônomo, “a base de dados que se construiu no Brasil por conta da implementação do Código Florestal coloca o país numa posição de vantagem para ter essa análise realizada, com dados muito robustos”. Ele encerrou sua fala ressaltando que o Novo Código “é uma peça-chave para empresas no final da cadeia, para empresas com compromissos relacionados à legalidade na origem da produção da matéria-prima”.



Boas práticas em campo

Título do painel, o Código Florestal em campo, na prática, significa adoção de boas práticas que irão se traduzir em redução de emissão de gases de efeito estufa, ao fim do desmatamento ilegal e à agricultura regenerativa, na opinião dos especialistas. No entanto, é fundamental conhecer o território brasileiro, segundo o economista e consultor Bastiaan Philip Reydon. “O CAR conhece o que as pessoas acham que é o território de cada um. O Sigef, o sistema integrado de governança de terras, é fundamental para a gente poder avançar. O CAR ajuda, mas não resolve, pois precisamos estar conectados com o título de propriedade, com os direitos que estão lá”, frisou.

Secretário-adjunto de Gestão e Regularização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Rodolpho Zahluth Bastos insistiu que a agenda de implementação do Código não trabalho de um homem, ou melhor, de um órgão só: “É preciso entender essa aplicabilidade do Código Florestal em importância para os diferentes públicos, porque o CAR é importante, por exemplo, para escoar a produção, para a cadeia produtiva, mas o CAR é importante também para o pequeno obter um crédito rural, para que ele tenha uma aposentadoria rural. Existem diferentes motivações e diferentes formas de solução que precisam ser pensadas de forma integrada pelos diferentes agentes, não só do governo, mas órgãos de controle, academia”, frisou.

Painelistas

Mauro Armelin – Diretor executivo / Amigos da Terra – Amazônia Brasileira (Moderação)

Bastiaan Philip Reydon – Professor/ Unicamp

Henrique Marques – Oficial de Programas / ICRAF no Brasil

Rodolfo Zahluth Bastos – Semas PA

Pedro Amaral – Gerente Sênior de Sustentabilidade Global / Mars Petcare



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=uRthTaPn6Sk>

**CC
DIGO
FLORESTAL
+10**

DAS RAÍZES AO LEGADO



INFORMAÇÕES, DEMOCRACIA E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

É como se fossem duas primas nascidas com dias de diferença e que, com o passar dos tempo, descobriram afinidades e tornaram-se melhores amigas. 2012 foi o ano que marcou a entrada em vigor não só do Novo Código Florestal, mas também da Lei de Acesso à Informação, mais conhecida como LAI, aprovada, contudo, no ano anterior. A relação de complementaridade entre as duas legislações e a sua importância para a sociedade foram tema do painel “Informações, democracia e produção agropecuária”, promovido pelo Observatório do Código Florestal (OCF).

Coordenadora do Programa de Transparência Ambiental do Instituto Centro de Vida (ICV), Ana Valdiones, que mediu o debate, recordou que o acesso à informação e o uso de dados públicos sempre foram um tema muito presente nas discussões a respeito da implementação do Código Florestal e seus instrumentos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Para tratar das intersecções entre tais assuntos, participaram do evento Renato Morgado, Transparência Internacional Brasil, Luiz Aragão, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e Sônia Bridi, jornalista da Globo.



Década de avanços e desafios

Na academia, imprensa ou sociedade civil. Para monitorar a ação de governos e de empresas, exercendo o controle social, o acesso aos dados públicos é uma condição, destacou Renato Morgado, gerente de Programas da Transparência Internacional Brasil. Com mais de dez anos de experiência em políticas públicas ambientais, ele iniciou sua fala destacando três avanços da última década. O primeiro é a própria existência da Lei de Acesso à Informação, ainda com a sua implementação incompleta, pois mudou a relação entre Estado e sociedade: “A LAI define a publicidade como regra e o sigilo como exceção, o dever do Estado disponibilizar informações públicas, como é o caso de informações relacionadas à regularização ambiental, e estabelece prazos e procedimentos para que qualquer cidadão sem a necessidade de justificativa possa pedir é uma informação”, explicou.

O segundo ponto a ser celebrado, segundo ele, é o fato de o Código Florestal trazer a previsão de sistemas e cadastros que até então não existiam ou, pelo menos, não existiam de uma forma abrangente e estruturada, como o Cadastro Ambiental Rural e o Sistema Nacional de Controle de Produtos de Origem Florestal (Sinaflor), lançado em 2014. “Na medida em que a lei traz esses

instrumentos, ela automaticamente traz a obrigação do Estado criá-los e nos traz a oportunidade de acessar informações que até então não existiam.” Por último, citou o mergulho na era de dados a partir de 2010/2012, que fez crescer exponencialmente a capacidade de órgãos públicos, de empresas e da própria sociedade civil produzir, processar e analisar dados. “E essa capacidade ela nos gera diversas oportunidades de entender problemas que são complexos, como as questões socioambientais”, frisou.

Quanto aos desafios, Morgado pontuou que os mesmos “nos colocam numa esquina de aprofundamento de avanços, mas também de franco retrocessos”. Os pontos mais críticos mencionados por ele foram a desinformação, a falta de consolidação e discrepância entre poderes, estados e municípios no cumprimento da LAI, a indisponibilidade de alguns dados do CAR e o uso abusivo do argumento da proteção de dados pessoais para a não disponibilização de dados de interesse público. “É preciso garantir as capacidades estatais de produzir e disponibilizar informação, e o que nós vemos, muitas vezes, é a redução de orçamento de órgãos ambientais ou de órgãos públicos que produzem informação. A produção de informação, obviamente, demanda recursos públicos.”



Informar para proteger

Para Luiz Aragão, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a democratização da informação sobre o desmatamento e degradação florestal é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. “A transparência dos dados de desmatamento garante a adequada gestão ambiental, protegendo o bem público e abrindo novos mercados para prover segurança social e econômica para o país. Não há desenvolvimento sem o equilíbrio entre os capitais sociais, econômicos e ambientais, que dependem de uma informação transparente”, pontuou.

Chefe da Divisão de Observação da Terra e Geoinformática do Inpe, ele lembrou que, na década de 1980, o Brasil foi o terceiro país do mundo a receber e processar dados de satélite, gerando os mapas do desmatamento tão disseminados hoje. “Nós estávamos à frente, na vanguarda do conhecimento dessa área espacial”, disse. Entretanto, a tecnologia sozinha não é suficiente para barrar o aumento no desmatamento que se verifica desde 2012. A

falta de vontade política e de recursos, bem como os cortes de investimentos em ciência e tecnologia, são o principal entrave para viabilizar uma ciência de ponta para planejamento estratégico, mostrando áreas com maior probabilidade de desmatamento, por exemplo.

Além de produzir relatórios anuais sobre o desmatamento, o instituto produz dados diários para fiscalização na Amazônia e Cerrado. Aragão defendeu a necessidade de o país ter soberania na produção dos dados, contemplando todos os biomas. “A gente tem que encontrar caminhos para a resolução desse problema, e esse caminho passa pela geração dos dados e abertura para a sociedade. Com os dados que são produzidos, existem técnicas de geoinformação que permitem o mapeamento de áreas que estão disponíveis para o avanço agrícola, porque não existe justificativa para desmatar a Amazônia. Nós temos que usar melhor as áreas que já estão desmatadas sendo mal aproveitadas, que estão degradadas”, afirmou.



Uma guerra contra a desinformação

Há uma guerra em curso. E quem produz informação de qualidade, quem defende o meio ambiente está perdendo a batalha contra a desinformação. Esta é a avaliação da jornalista Sônia Bridi, repórter especial da TV Globo, para quem o triunfo das fake news está levando o Brasil a tolerar a destruição da floresta em níveis sem precedentes. “Todos nós perdemos em várias camadas, mas quem mais está perdendo com isso são os próprios produtores rurais, que têm repetido um discurso que favorece alguns grupos ilegais, criminosos”, disse, ressaltando a necessidade de “ser mais eficiente nessa comunicação com esse setor da sociedade, que é muito importante, porque é o povo que bota a comida na nossa mesa”.

Outro grave problema, conforme a jornalista, é a falta de estrutura para fiscalização, o que, na prática, significa uma licença para desmatar e cometer crime ambiental. “O negócio ilegal é um concorrente poderoso. Ser legal no Brasil é uma desvantagem competitiva. Um país que não pune criou uma

concorrência desleal, e isso é o maior incentivo às pessoas que querem fazer certo a não fazerem certo”, disse. Numa altura em que o Congresso Nacional nunca foi tão retrógrado, Sônia apon- tou a necessidade de se encontrar formas de informar as pessoas sobre as consequências que elas mesmas pagam pelos atrasos.

Se por um lado a questão ambiental nunca teve tanto espaço na imprensa no Brasil e no mundo, segundo a jornalista. Por outro, parece haver um segmento da população que foi perdido pela mídia que faz um trabalho sério de apuração. “É um espaço que foi preenchido por uma rede de notícias falsas, de mentiras, de desinformação e que visa basicamente manter as atividades criminosas acontecendo com apoio político e com o apoio de setores importantes da população, com prejuízo de toda a sociedade brasileira e no fim das contas do planeta inteiro”, lamentou.



Barreiras a ultrapassar

Da falta de orçamento à anistia para quem descumpre a lei, passando pelos desafios de comunicação. São inúmeros os gargalos para que legislações de extrema importância para a sociedade brasileira, como a LAI e o Código Florestal, sejam, de fato, implementadas. “A gente atua no limite do orçamento, mas, como funcionários públicos, a gente tem a missão de prover essa informação. Então, muitas vezes, a gente vai além da nossa capacidade para tentar cumprir um dever que nos foi colocado”, assinalou Luiz Aragão, do Inpe.

Vencer a batalha contra a desinformação é um passo crucial, pontuou Renato Morgado, da Transparência Internacional. A jornalista Sônia Bridi sublinhou a necessidade de se usar o humor como estratégia. E reforçou, porém, que a impunidade é um câncer que corrói o país: “É preciso que a gente estabeleça um sistema de legalidade, e a legalidade passa por isso: você fazer leis que sejam cumpridas e que as pessoas consigam perceber que todo mundo ganha quando se cumpre a lei”, frisou.

Painelistas

Ana Valdiones – Coordenadora / ICV (Moderadora)

Renato Morgado – Gerente de Programas / Transparência Internacional

Sônia Bridi – Repórter especial / Fantástico

Luiz Aragão – Pesquisador / Inpe



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=ApoEi3EnLc4>



Có
Digo
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



LANÇAMENTO DA PLATAFORMA DO CÓDIGO FLORESTAL NA MATA ATLÂNTICA

Na era dos dados e das fake news, fazer bom uso, gerenciamento e disseminação das inúmeras informações disponíveis é imprescindível. Especialmente quando o que está em jogo é a própria vida humana na Terra. Para auxiliar e acelerar o processo de restauração da vegetação nativa no Brasil e servir de bússola para organizações, decisores políticos e sociedade em geral, foi lançada a Plataforma do Código Florestal da Mata Atlântica, desenvolvida pela Imaflora, SOS Mata Atlântica, GeoLab USP/Esalq e Observatório do Código Florestal (OCF). Os dados fazem parte do estudo “O Código Florestal na Mata Atlântica”, publicado em setembro de 2021.

A plataforma apresenta - por meio de gráficos ou tabelas - as estimativas de déficit e excedente de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RL) no bioma, que podem ser consultadas por município, Estado ou tamanho do imóvel. O evento de lançamento da ferramenta foi mediado por Isabel Garcia-Drigo, coordenadora de Clima e Cadeias Agropecuárias do Imaflora, e também contou com a participação de Roberta Del Giudice, secretária-executiva do Observatório do Código Florestal, Rafael Bitante Fernandes, conselheiro do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, e Felipe Cerignoni, analista de geoprocessamento do Imaflora.



“Geração de informação é um dos pilares da democracia”

Para Roberta Del Giudice, secretária-executiva do Observatório do Código Florestal (OCF), a geração de informação é um dos pilares da democracia. Advogada com mais de duas décadas de atuação em Direito Ambiental, ela lembrou que, em governos autoritários, a primeira fonte de dissolução do processo democrático são justamente os geradores de informação, como a imprensa e a academia. “Então, ela permite que a sociedade se mobilize, se envolva, saiba como as políticas públicas estão sendo implementadas, e essa é uma das razões para que o Observatório e seus membros trabalhem para essa geração de informação, para que toda a sociedade brasileira conheça nossa legislação florestal e que possa se envolver na implantação dessa política, que é tão importante

para todos”, frisou. Num momento extremamente sensível, marcado pelo aumento no desmatamento e por impasses jurídicos, é fundamental, conforme Roberta, que a sociedade conheça a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006), que regulamenta o artigo da Constituição Federal que define o bioma como Patrimônio Nacional. “Esse lançamento de uma plataforma com os dados da Mata Atlântica é de extrema importância tanto para a mobilização social, para a geração de mais informação quanto para crescimento econômico, desenvolvimento, igualdade social com base em informações sobre o meio rural brasileiro, para que a gente consegue formular políticas públicas mais eficientes”, defendeu.



Contabilizar restauração como meta

Entre 2020 e 2021, foram desmatados 21.642 hectares da Mata Atlântica, um crescimento de 66% em relação ao registrado no período de 2019/2020, conforme o Atlas da Mata Atlântica. De acordo com Rafael Bitante Fernandes, biólogo e membro do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, os dados demonstram que, em um ano, se desfez um trabalho de três décadas de recuperação do bioma nos municípios de São Paulo, por exemplo. Além disso, a devastação recorde correspondeu à emissão de 10,3 milhões de toneladas de carbono equivalente na atmosfera. “Tudo isso nos preocupa. Precisamos começar a adotar esses instrumentos e agora temos essa ferramenta (a plataforma), que é uma super oportunidade para implementação do PRA, o Programa de Regularização Ambiental”, disse, destacando que o PRA “vai girar essa chave, para parar

de contar desmatamento e passar a contar restauração”.

Fernandes reforçou que o Código Florestal é, em sua opinião, o principal instrumento legal para reverter o desmatamento. “A gente precisa parar com essa essa visão do desmatamento, que é uma aberração econômico-social que ainda a gente vive. A Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados, restam pouquíssimos remanescentes”, afirmou. Conforme ele, a associação feita por pessoas desinformadas ou mal-intencionadas entre desmatamento e desenvolvimento é “uma das maiores calúnias”. “A gente quer promover o desenvolvimento sustentável e, para isso, precisa recuperar a floresta, e a plataforma é a ferramenta para ajudar a gente um pouco nisso”, finalizou.



Uma plataforma-bússola

Reunir informações que sirvam de bússola. Coube a Felipe Cerignoni, analista de geoprocessamento do Imaflora, apresentar a Plataforma do Código Florestal da Mata Atlântica, que pode ser acessada através do endereço www.codigoflorestal.sosma.org.br. “O principal objetivo desse tipo de ferramenta é apoiar as decisões de planejamento territorial que possam otimizar a implementação do Código Florestal no Brasil. A gente começa pela Mata Atlântica, mas acho que é um recado importante para o restante do Brasil, sejam essas decisões por compromissos públicos privados”, disse.

A plataforma, desenvolvida em parceria pelo Imaflora, SOS Mata Atlântica, GeoLab USP/Esalq e Observatório do Código Florestal, utiliza informações de 27 bases de dados públicas, como as do Incra e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ao demonstrar funcionalidades da ferramenta, Cerignoni destacou que, ao longo do tempo, o público pode sugerir correções e melhorias. Além das estimativas de déficits e excedentes de APPs e RLs, também é possível avaliar alterações na cobertura de vegetação natural entre 2008 e 2020.



Tempo de agir

Se a falta de vontade política para a implementação de leis como o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica é uma realidade no país, é preciso arregasar as mangas e agir. Para Roberta, com todas as informações disponíveis, seria possível implementar o Código de uma forma bem rápida, a partir de uma mobilização de toda a sociedade. “A gente não precisa esperar a vontade política. Seria muito bom se ela viesse, mas a gente pode começar a implementação em campo, buscando a restauração de áreas e a observância do Código por produtores rurais. E a informação que a gente dispõe, através dessa ferramenta, é muito importante para que o Brasil continue sendo um

ator importante em relação às mudanças climáticas”, declarou.

Por outro lado, Fernandes acrescentou a necessidade de se demonstrar que os benefícios da implementação do Código Florestal vão além das questões ambientais, pois recuperar biomas como a Mata Atlântica é grande vetor gerador de emprego e renda “A gente precisa começar a restaurar mentes e corações para poder restaurar as florestas, que são tão importantes, e municiar a sociedade desse tipo de informação. Afinal, a gente sabe o quão importantes são as florestas até mesmo dentro dos sistemas produtivos”, ponderou.

Painelistas

Isabel Garcia Drigo – Especialista em governança socioambiental / Imaflora (Moderadora)

Roberta del Giudice – Secretária Executiva / Observatório do Código Florestal

Rafael Bitante – Gerente de Restauração Florestal / SOS Mata Atlântica

Felipe Cerignoni – Especialista em geoprocessamento e desenvolvimento web / Imaflora



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=zWNVLSTO2ys>

Cco
Digo
FLORESTAL
+10

DAS RAÍZES AO LEGADO



APLICAÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA NO BIOMA PAMPA

A canção “Herdeiro da Pampa Pobre”, que fez sucesso com a banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, fala sobre a difícil missão de cultivar raízes em “campos desertos que não geram pão, onde a ganância anda de rédeas soltas”. “Se for preciso, eu volto a ser caudilho por essa pampa que ficou pra trás, porque eu não quero deixar pro meu filho a pampa pobre que herdei de meu pai”, diz trecho deste clássico contemporâneo que nos anos 1990 já alertava para os problemas ambientais provocados pelas monoculturas de grãos nas pradarias mistas que ocupam cerca de 70% do território do Rio Grande do Sul.

Bioma que ocorre em um único Estado, o Pampa acaba, por esta razão, sendo um ilustre desconhecido

a nível de país, afirmou Rodrigo Dutra, da Associação dos Servidores do Ibama (ASIBAMA-RS), que mediu o painel “Aplicação da lei de proteção da vegetação nativa no Bioma PAMPA”. Conforme ele, a gravidade da situação e a falta de políticas públicas levou cerca de 20 organizações a se reunirem numa coalizão para discutir diretrizes e ações em prol do uso sustentável e a proteção do bioma.

Também participaram do painel Heinrich Hasenack, do MapBiomias, Carlos Nabinger, professor da UFRGS, Annelise Steigleder, promotora de Justiça no Ministério Público do Rio Grande do Sul, e Alexandre Krob, diretor técnico do Instituto Curicaca.



Um bioma ameaçado

Em quase três décadas, o Pampa foi o bioma brasileiro que, em termos percentuais, mais perdeu vegetação nativa: foram devastados 21,4% deste território, menos 2,5 milhões de ha de 1985 a 2020. No ranking de destruição no período, seguem, na sequência, o Cerrado, com uma perda de 19,8% de sua vegetação nativa, Pantanal (-19,8%) e Amazônia (-11,6%). Os dados foram apresentados por Heinrich Hasenack, coordenador da equipe responsável pelo mapeamento do Pampa brasileiro, no MapBiomas. Professor do Departamento de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ele abordou as fisionomias do bioma na América do Sul e no Brasil e as mudanças ocorridas na última década. Apesar de ocupar cerca de 70% do Rio Grande do Sul, o bioma Pampa corresponde a apenas 2,3% do território brasileiro. No total,

o bioma possui uma extensão de 750 mil km quadrados, que se estendem por Brasil, Uruguai e Argentina.

As estimativas apontam que, em solo gaúcho, 44,1% da vegetação já foi suprimida para uso antrópico. “Há uma progressiva perda de vegetação campestre, que se acentua a partir de 2010 e ocorreu em prol do avanço da agricultura e silvicultura”, disse Hasenack, destacando que o bioma não é homogêneo. “Cada um desses campos tem suas peculiaridades. Precisamos fazer as pessoas enxergarem isso, e perceberem que não adianta preservar apenas uma porção desse total, de um tipo de fisionomia campestre. Assim como não adianta preservar só a floresta amazônica, se a gente não preservar um pouco de cada um dos demais biomas brasileiros”, comparou.



Pecuária nas origens do gaúcho

Para o professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS, Carlos Nabinger, a pecuária e o campo têm que estar associados. Ele destacou que a vegetação campestre é a cobertura vegetal original de todo o Cone Sul, ou seja, trata-se de um ecossistema que já existia quando, há 12 mil anos, chegaram os primeiros grupos humanos. Por esta razão, conforme ele, o Pampa tornou-se desde o início da colonização européia a base lógica da economia regional, através da pecuária. “A pecuária foi quem fez o Rio Grande, e a pecuária fez também a nossa cultura. Não existiria gaúcho sem o campo. Então, tenho certeza que, com o desaparecimento do campo, nossa cultura também irá desaparecer”, disse.

Com 11 grandes grupos de solo, cerca de 3 mil espécies de plantas e 480 espécies de aves, entre outros, o bioma possui uma fauna e flora riquíssima e particular, lembrou o professor. “A

transformação de toda essa riqueza biológica em monocultivo evidentemente vai trazer prejuízos ambientais muito sérios”, disse. Por fim, Nabinger frisou que há a possibilidade de aumento de renda sem necessidade de substituir o bioma. Um exemplo seriam as tecnologias de processos, que não implicam na aplicação de insumos. O professor citou um caso de aumento da produtividade, de 70 quilos de peso vivo por hectare ao ano para 230, nos sistemas de recria e terminação, com ajustes nos processos de ingestão de nutrientes e crescimento do pasto, etc. “Esses campos precisam continuar existindo porque o serviço ambiental vale muito mais que o produto animal, o problema é que eles não são cobrados. Disso depende a qualidade de vida de regional sem prejuízo ao fator econômico. Pelo contrário, a gente pode ganhar mais preservando.”



Barreiras ao Código

Se no Pampa praticamente não há floresta, para que serve um Código Florestal? Este é um dos questionamentos que podem indicar o desconhecimento e o baixo envolvimento social com a lei de proteção da vegetação nativa. Coordenador técnico do Instituto Curicaca, Alexandre Krob apontou, além disso, outras quatro principais dificuldades para a efetiva implementação da legislação. A lista também inclui uma grande resistência do setor produtivo, omissão e conivência do Estado, impasse e morosidade nas questões judiciais e inexistência de mecanismos políticos e econômicos de pressão ou de incentivo.

Krob falou sobre a trajetória da ONG que, desde 1997, atua técnica e politicamente pela conservação da biodiversidade, o ecodesenvolvimento e a salvaguarda cultural, bem como trouxe exemplos de ações de conservação no Pampa. De acordo com ele, é preciso ter em mente que o bioma é composto por um mosaico de ecossistemas, o que exige manejos específicos, como no caso das áreas com butiazeais centenários. “É preciso a gente realmente ter um apoio muito grande, multi-institucional, e a coalizão pelo Pampa vem aí nesse sentido, para tentar desatar alguns nós que estão causando essa significativa perda de ambientes naturais”, refletiu.



(Des)proteção jurídica do Pampa

Promotora de Justiça no Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), Annelise Steigleder abordou a (des)proteção jurídica do bioma Pampa. Em julho de 2015, a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Capital ingressou com uma ação civil pública contra o Estado com o objetivo de assegurar a manutenção de Reserva Legal (RL) nas áreas do bioma em que existe atividade de pecuária. Isso porque, conforme explicou Annelise, o decreto estadual 52.431/2015 permite que os campos nativos usados na atividade pastoril sejam declarados, no Cadastro Ambiental Rural (CAR), como “área rural consolidada por supressão de vegetação nativa com atividades pastoris”. Na prática, segundo ela, o “jogo de palavras” significa “driblar” a exigência RL para os imóveis rurais de

até quatro módulos fiscais. A ação ainda está pendente de julgamento final.

“Me parece que a principal dificuldade que a gente tem é a falta completa de vontade política, ou melhor dizendo, a vontade política capturada pelo interesse do setor produtivo, que não consegue pensar ou concordar com qualquer tipo de mitigação do direito de propriedade”, disse. A promotora também lamentou a falta de instrumentos econômicos, para incentivar quem preserva, além da ausência de um ordenamento do solo que possa proteger as áreas prioritárias. “Então, tudo isso, tem colocado realmente numa ameaça muito séria o nosso bioma Pampa.”



Vontade política para valer

Após as considerações finais dos debatedores, foi a vez da secretária-executiva do Observatório do Código Florestal (OCF), Roberta Del Giudice, subir ao palco virtual para marcar o encerramento do evento. Foram dez dias de programação, 17 painéis e mais de 80 palestras. Roberta reconheceu a dificuldade de implementação da lei de proteção de vegetação nativa, apesar da sua importância e de todo o conhecimento gerado. Democratizar as informações e valorizar os cientistas foram algumas das ações apontadas por ela como prioritárias para a agenda ambiental.

“Hoje, você vê que a possibilidade de gerar emprego, de gerar renda com a implantação do Código Florestal, é anunciada por todos os cientistas, pesquisadores da área, por quem faz restauração. E a gente precisa sair dessa inércia. A gente está num modelo arcaico de produção e ocupação do uso do solo que precisa ser alterado, precisa ter vontade política para essa alteração”, disse ela, encerrando o evento Código Florestal +10.

Painelistas

Rodrigo Dutra da Silva – Analista Ambiental / Ibama (Moderador)

Heinrich Hasenack – Coordenador do grupo do Bioma Pampa / MapBiomas

Alexandre Krob – coordenador técnico e de políticas públicas / Instituto Curicaca

Carlos Nabinger – engenheiro Agrônomo, MSc em Fitotecnia, Dr. em Zootecnia e professor / UFGRS

Annelise Steigleder – Promotora de Justiça / MPRS



Link para o debate na íntegra:
<https://www.youtube.com/watch?v=K4KvUHpxRMo>



CC DiGO FLORESTAL +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



CONCLUSÃO

UM SOPRO DE ESPERANÇA

“Já havia três anos que ele plantava árvores naquele local desolado. Plantara cem mil. Dessas cem mil, vinte mil tinham brotado. E dessas vinte mil, ainda contava perder metade, devido aos roedores ou por força de tudo quanto há de imprevisível nos desígnios da Providência. Restavam dez mil carvalhos que iriam crescer naquele lugar onde anteriormente nada existia.” Este trecho do livro *O Homem que Plantava Árvores*, escrito pelo francês Jean Giono, em 1953, poderia descrever a trajetória de muitas organizações e ambientalistas brasileiros, que há décadas, numa árdua missão coletiva, entretanto, (re)plantam o futuro.

“Ao descer de novo até a aldeia, vi a água correr em riachos que a memória dos homens sempre recordara secos. Tratava-se da mais formidável reação natural em cadeia que pude observar. Em tempos remotos, aqueles riachos tinham transportado água. (...) O vento, por sua vez, ajudava a espalhar as sementes. E, ao mesmo tempo que a água tornou a aparecer, voltaram a surgir os salgueiros, os juncos, a relva, os jardins, as flores e uma certa razão de viver.” A realidade, assim como a ficção, tem mostrado que a natureza se regenera.

Mas o preço da restauração das áreas degradadas é bem mais elevado do que o da preservação. E o tempo urge.

A devastação das florestas ameaça a sobrevivência dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que se veem, muitas vezes, obrigados a deixar suas terras. No campo, a falta de água prejudica as colheitas, o que terá como consequência o aumento no preço dos alimentos. Na cidade, além da cesta básica mais cara, sente-se o efeito das mudanças climáticas em eventos extremos cada vez mais frequentes, como enchentes, tempestades, ondas de frio e de calor. Tudo está interligado, ainda que os negacionistas insistam em dizer que não. Aliás, nunca se produziu tanta informação... para o bem e para o mal.

Nesse cenário de crise, o clichê é verdadeiro: são tempos, também, de oportunidades. Uma década após a promulgação da lei, a necessidade de implantação do Código Florestal se faz imperiosa. Com suas qualidades e defeitos, a legislação de proteção da vegetação nativa é a derradeira chance do país - e do mundo - cumprir suas metas no Acordo de Paris, evitando consequências sociais, ambientais e econômicas irreversíveis.



Além de celeiro do mundo, o Brasil é celeiro de biodiversidade e, tendo o Código Florestal como aliado, é capaz de assumir um papel de líder global na conservação e enfrentamento da crise climática.

Sete décadas após a publicação do clássico *Homem que Plantava Árvores*, a mensagem de esperança e perseverança está mais atual do que nunca: “Quando penso naquele homem, que, contando apenas com os seus recursos físicos e morais, foi capaz de fazer com que essa terra prometida crescesse do deserto, acho que, apesar de tudo, a condição humana é admirável.” Sim, os ventos da esperança sempre voltam a soprar.



OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL

O OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL (OCF) É UMA REDE CRIADA EM MAIO DE 2013 PARA PROMOVER O CONTROLE SOCIAL DA IMPLANTAÇÃO DA LEI NO 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 (LEI DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DO BRASIL) E GARANTIR INTEGRIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA ÀS FLORESTAS EM ÁREAS PRIVADAS. EM 2022, 43 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL FAZEM PARTE DA REDE E ATUAM EM PROL DO OBJETIVO COMUM DE PROTEÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DAS FLORESTAS.

www.observatorioflorestal.org.br

Código Florestal +10

DAS RAÍZES AO LEGADO



**OBSERVATÓRIO
DO CÓDIGO
FLORESTAL**



[observatoriocodigoflorestal](#)



[observatorioflorestal](#)



[deolhonocodigo](#)



[observatorioflorestal](#)



[observatorioflorestal](#)



[deolhonocodigo](#)